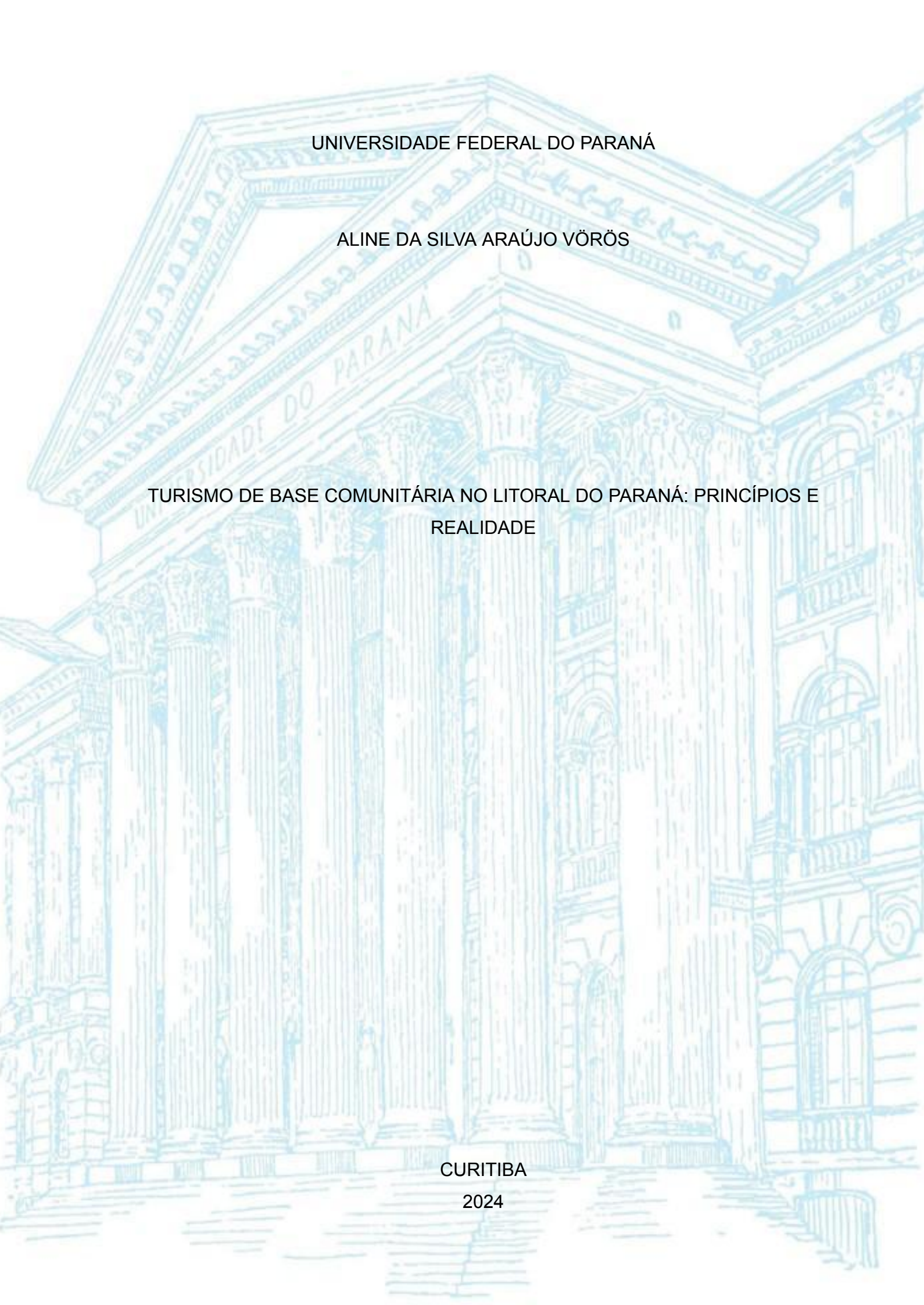




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALINE DA SILVA ARAÚJO VÖRÖS

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO LITORAL DO PARANÁ: PRINCÍPIOS E
REALIDADE

CURITIBA

2024

ALINE DA SILVA ARAÚJO VÖRÖS

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO LITORAL DO PARANÁ: PRINCÍPIOS E
REALIDADE

Projeto apresentado à disciplina Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo, Curso de Turismo, Departamento de Turismo e Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Clarice Bastarz

CURITIBA

2024

AGRADECIMENTO

Agradecer como forma de reconhecimento de que por mais que a jornada seja única e subjetiva, é em sociedade - e nas relações - que os processos são pensados, construídos, revistos, mudados, destruídos, alterados, provocados, etc. E o conjunto dos processos, além de constantes - se assim se escolher - possui suas marcas temporais.

Este trabalho é uma dessas marcas: sem juízo de valor, mas enquanto registro de uma etapa de construção, desconstrução e reconstrução de leitura e vivência no mundo. Embora o trabalho seja subjetivo, este sempre esteve em diálogo com muitas pessoas com quem encontrei no caminho, ao caminhar ao longo desses quase quatro últimos anos e que se encerra materializando a conclusão desta graduação em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (2021 - 2024).

Meus agradecimentos nominais: à minha orientadora (freireana!), Clarice Bastarz - pelo incentivo, paciência, resiliência e flexibilidade -, aos meus amigos encontrados na UFPR: Paula, Samuel e Alana - e agregados, Ana Luisa e Alex -; aos professores que compõem o corpo docente do DeTur - UFPR, em especial àqueles que me convidaram a olhar por novos/outros vieses para essa grande área chamada Turismo, e por fim, com relevância e destaque, agradeço aos participantes diretos desse PPGT: Felipe Souza, enquanto informante-chave e aos anfitriões entrevistados Vanderleia e Valdo, e à banca avaliadora.

Agradeço novamente “aos meus” por o serem (e “se saberem” quem são).

RESUMO

O presente projeto de pesquisa tem como tema o Turismo de Base Comunitária (TBC) no litoral paranaense e as características conceituais presentes na literatura brasileira. O TBC se apresenta como alternativa às práticas turísticas convencionais nas quais os impactos gerados trazem o aumento da desigualdade social em destinos turísticos. A pergunta de pesquisa é: Essas características encontradas e selecionadas na literatura científica, ocorrem na comunidade a ser pesquisada? O objetivo geral é analisar os conceitos e princípios do TBC em duas experiências de turismo comunitário no Litoral do Paraná. Como metodologia escolheu-se a observação de caráter participante junto a uma amostra intencional (não aleatória) com dois participantes, anfitriões da rede de anfitriões do litoral do Paraná. Como resultado, foi possível perceber em campo características e princípios de TBC apontados na literatura e o projeto desencadeou na proposta de oficina de qualificação de produto turístico.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária. Litoral do Paraná. Pesquisa-ação.

ABSTRACT

The present research project focuses on Community-Based Tourism (CBT) in the Paraná coast and the conceptual characteristics found in Brazilian literature. CBT emerges as an alternative to conventional tourism practices, which often result in increased social inequality in tourist destinations. The research question is: Are the characteristics identified and selected in the scientific literature present in the community under study? The main objective is to analyze the concepts and principles of CBT in two community tourism experiences in the Paraná coast. The methodology chosen was participant observation with a purposive (non-random) sample involving two participants, hosts from the Paraná coastal hosts network. As a result, fieldwork revealed CBT characteristics and principles outlined in the literature, leading to the proposal of a workshop for the qualification of a tourism product.

Keywords: Community-based tourism. Paraná coast. Action research.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DAS LOCALIDADES NO LITORAL DO PARANÁ COM A PRESENÇA DE ANFITRIÕES DA REDE.....	38
FIGURA 2 – MAPA DA REGIÃO DOS ANFITRIÕES ENTREVISTADOS.....	40

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PRINCÍPIOS DO TBC DE ACORDO COM A LITERATURA CIENTÍFICA BRASILEIRA.....	30
QUADRO 2 – CATEGORIAS DE ANÁLISE DO CAMPO.....	33
QUADRO 3 – CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA POR OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	35
QUADRO 4 – ESTRUTURA DOS MÓDULOS DA OFICINA DE QUALIFICAÇÃO DO PRODUTO TURÍSTICO.....	54
QUADRO 5 – ORÇAMENTO DO PROJETO.....	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
1.2 JUSTIFICATIVA.....	12
1.3 OBJETIVO.....	13
1.3.1 Objetivo Geral.....	13
1.3.2 Objetivos Específicos.....	13
2 MARCO TEÓRICO.....	15
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO TBC NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E REDES.....	15
2.2 CONTEXTO E PRESSUPOSTOS DO TBC NO BRASIL.....	19
2.2.1 Economia Solidária e TBC.....	23
2.2.1.1 Exemplos de Redes de Economia Solidária e TBC no Brasil.....	23
2.2.2 Povos Tradicionais, Territórios e TBC.....	25
2.3 TBC NO BRASIL: DISCUSSÃO DO CONCEITO.....	26
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	32
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	37
4.1 CAMPO E OBJETO PESQUISADO: O TBC NO LITORAL DO PARANÁ VIA REDE ANFITRIÕES.....	37
4.1.1 Vanderleia Alves: Anfitriã no Cabaraquara.....	42
4.1.2 Valdo Amorim: Anfitrião na Comunidade Parati.....	42
4.1.3 Vila do Cabaraquara: Uma Análise dos Princípios de TBC.....	43
4.2 DIÁLOGO COM O CAMPO: AS VOZES LOCAIS E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	44
4.2.1 Identidade.....	44
4.2.3 Gestão Coletiva.....	47
4.2.4 Meio Ambiente.....	49
5 PROJETO DE TURISMO: PESQUISA-AÇÃO PARA O TBC COM O GRUPO GUARAPÉS, NA BAÍA DE GUARATUBA.....	51
5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO: OFICINA DE QUALIFICAÇÃO DO PRODUTO TURÍSTICO.....	51
5.1.2 Objetivos da Oficina.....	52
5.1.3 Estratégias de Ação.....	52
5.1.4 Orçamento do projeto.....	55
5.1.5 Execução e resultados previstos.....	57
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
ANEXO A.....	68
ANEXO B.....	70
ANEXO C.....	71

1 INTRODUÇÃO

A década de 1970 é um marco na história contemporânea, identificada fortemente pela geopolítica com intensas transformações, disputas entre os blocos econômicos (Estados Unidos da América e União Soviética) e movimentações políticas que reverberaram, e reverberam até hoje, em nível global. É nesta época que a Conferência de Estocolmo, que ocorreu em 1972, compõem tais movimentações, em um evento da Organização das Nações Unidas (ONU) que reuniu lideranças políticas de muitas partes do mundo para repensar o conceito de desenvolvimento (Trigueiro, 2005).

De acordo com Trigueiro (2005), este foi um evento de grande porte que trouxe para a pauta questões relacionando política e meio ambiente, chamando a atenção para a finitude dos recursos naturais do planeta e para os impactos gerados pelo modelo de desenvolvimento praticado até então, e frisando a preocupação para as gerações futuras. Nesse ambiente, a Conferência de Estocolmo chama a atenção para a cooperação internacional para repensar sobre assuntos como poluição, degradação ambiental, modos de produção e de consumo. Logo depois, é apresentado nesse contexto o conceito de desenvolvimento sustentável que vai influenciar diretamente as relações internacionais para estratégias e planos de longo prazo.

Ainda de acordo com o autor (Trigueiro, 2005), neste sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável surge para refletir a respeito da forma de desenvolvimento que a sociedade vinha, ao longo dos anos, operando acerca dos padrões de produção e consumo e seus impactos causados na sociedade, no meio ambiente e refletidos na fragilidade e ameaça aos biomas, sua fauna, flora e toda sua complexidade a partir da utilização excessiva dos recursos naturais, sejam eles finitos e sob ameaça, como fonte de produção econômica na cadeia produtiva. A atenção começa a ser voltada para a preocupação com o planeta, com a finitude de seus recursos e com as gerações posteriores.

No ano de 1992, acontece outra conferência mundial da ONU, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, no Rio de Janeiro, com a participação de governantes e chefes de estado de diversos países (179 participantes) e na qual é

apresentado e aprovado o documento Agenda 21¹, com relatórios, dados, diagnósticos e propostas de ação. Uma documentação vasta e construída com a participação da sociedade civil, do poder público, setor econômico e movimentos sociais, que apontam diretrizes para a promoção de desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável em escala global. Junto a isso, a proposta se estendia a um compromisso local para o desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente, contando assim que cada país desenvolvesse a sua Agenda 21. No Brasil, planos nacionais, estaduais e municipais começam a ser desenvolvidos nessa mesma época. E a sustentabilidade é apresentada e pautada nas seguintes vertentes: ecológica, ambiental, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional e espacial e promove também a importância em se desenvolver uma nova ética e com isso, um novo/outro olhar, descentralizando a economia ou a geopolítica, trazendo atenção às questões da população nas esferas nacional, regional e étnica das sociedades.

Já em 2015, a ONU lança outra agenda, a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, a partir de um processo de discussões nas décadas anteriores acerca da relevância do desenvolvimento sustentável para o futuro (Mamede; Grechi, 2022). Neste documento, são apresentados dezessete objetivos (ODS) globais para “acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.”²

O contexto da prática turística também entra em discussão e o desenvolvimento sustentável é um tema amplamente abordado com destaque às abordagens que evidenciam a responsabilidade em preservar o meio ambiente e o respeito à diversidade cultural e identitária, contrapondo ao turismo de massa. Com isso, o turismo sustentável pode ser percebido enquanto ferramenta de transformação e desenvolvimento socioeconômico de comunidades respeitando e promovendo a cultura local, além da contribuição para a consciência e conservação ambiental.

O turismo, por sua vez, é um fenômeno social, fruto e consequência das transformações da sociedade industrializada, principalmente no pós-guerras

¹ Além da Agenda 21, também ocorreram a Convenção sobre Mudanças Climáticas e a Convenção sobre Diversidade Biológica. (Trigueiro, 2005).

² Será utilizado neste trabalho apenas o termo Turismo de Base Comunitária e sua sigla, TBC.

mundiais, no século XX. É nesta época que o turismo se populariza e transforma-se também em indústria. De acordo com Krippendorf (2000), é nesse período do pós-guerra que os aspectos de organização do mundo do trabalho enquanto prática do cotidiano encontram-se em esgotamento, a partir da rotina que provoca o desejo de “antirotina”, como forma de expressão da liberdade quando se pode estar “fora” do cotidiano ou da rotina. Com isso, a atividade turística se desenvolve como produto a ser consumido e a própria liberdade de ir e vir, diz o autor, se torna obrigação quando há tempo livre para sair do cotidiano. O autor afirma que as pessoas viajam porque “sentem necessidade urgente de se desfazer temporariamente da rotina massificante do dia-a-dia do trabalho, da morada e do lazer a fim de estar em condições de retomá-la ao regressarem” (Krippendorf, 2000, p.15).

É nesse cenário que Krippendorf (2000) tensiona os impactos do turismo para os ambientes e populações autóctones que recebem população flutuante. Assim, destacam-se que tais impactos, negativos e/ou positivos, sejam ambientais, econômicos, culturais e políticos, promovem a atenção para a sociedade acerca das possibilidades que a prática turística pode promover, sejam de melhorias, pioras ou de mitigação para a sociedade receptora.

É perceptível, portanto, em quaisquer linhas e pesquisas que abrangem o campo do turismo que este pode ser uma possibilidade efetiva de promoção de trocas culturais amparadas por políticas públicas, incentivos econômicos e desenvolvimento humano. O turismo, quando em diálogo com o desenvolvimento sustentável, desenvolve novos segmentos e modelos de gestão que conversam com a proposta de descentralizar o aspecto econômico e o turismo de massa/convencional para favorecer outros elementos: a partir das vertentes que embasam a sustentabilidade, como a ecológica, ambiental, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional e espacial.

É nesta perspectiva que apresentam-se novas formas de fazer turismo, principalmente a partir da década de 1970, a saber: o ecológico/ecoturismo, o rural, turismo em terras indígenas e o turismo comunitário, e, ao longo das décadas posteriores se fortalecem, com destaque aos anos 2000 por meio de estratégias políticas de amparo e fomento em escala mundial (Paula; Pigosso, 2018). O contexto histórico do turismo rural e comunitário será melhor abordado no capítulo do marco teórico desta pesquisa, com foco no cenário da América Latina.

Por ecoturismo, pode-se compreender que alguns elementos que o compõem podem dialogar com algumas práticas do turismo comunitário, que será apresentado mais adiante. O ecoturismo é fruto de uma prática de turismo na natureza e que, ao longo de décadas, foi se transformando. Para Goulart (2014), o ecoturismo atualmente pode ser considerado um indutor do desenvolvimento sustentável e da conservação da biodiversidade em áreas naturais protegidas e um turismo de baixo impacto. De acordo com o autor, as mudanças de comportamento dos visitantes ao longo do tempo se associam à uma maior consciência ambiental e acerca dos impactos causados pelo turismo, fazendo com que tais questões ganhassem força junto ao tema do meio ambiente, muito discutido em nível internacional na década de 1980 em diante (Goulart, 2014).

Já o turismo em terras indígenas, por sua vez, se assemelha ao Turismo de Base Comunitária no que diz respeito às características de sustentabilidade, autogestão e intercâmbio cultural. O turismo em terras indígenas se torna uma oportunidade de revitalização de sua cultura associado à necessidade de condições de existência no sistema capitalista. Leal (2009) aponta que é necessária certa relativização em relação à forma e conduta das aldeias indígenas: estas não são receptoras passivas do fluxo turístico, mas “empreendedoras turísticas atuantes, que dialogam com a estrutura oficial do setor” (Leal, 2009, p. 243). Isso quer dizer que são indivíduos que atuam de forma direta no planejamento sustentável do turismo em seu território (Leal, 2009).

O tema deste presente projeto de pesquisa diz respeito ao Turismo de Base Comunitária (TBC) no litoral paranaense. Esta abordagem, assim como o Turismo Comunitário (TC)³, são conceitos estabelecidos a partir de práticas relacionadas ao turismo como alternativa ao modelo de turismo de massa, popularmente difundido e consumido pelo mundo e responsável também pelos impactos gerados a partir de tal fenômeno, como aumento da desigualdade social em destinos turísticos por questões econômicas e imobiliárias, informalidade na prestação de serviços, impactos ambientais, como a gestão de resíduos e degradação ambiental, por exemplo (Lima; Silva, 2019).

³ Esse incentivo acontece a partir da Convenção 169 de 1989, na qual se reformula a noção de povos indígenas, a partir do autorreconhecimento (atualmente diz-se auto identificação) e sua relação com o território habitado.

Irving (2009) indica que o Turismo de Base Comunitária é uma resposta a questões relacionadas à crise econômica, geração de recursos, diminuição da desigualdade social bem como possibilidade de intercâmbios culturais e inclusão social. Para a autora, o turismo vai além da concepção mercadológica e o coloca em outro status: enquanto um “fenômeno social complexo da contemporaneidade” (Irving, 2009, p.110) e o lugar turístico enquanto território/espço com muitos acontecimentos:

Este lugar não é um lugar apenas, mas o palco de conflitos e o cenário de transformações; os vários lugares do mesmo lugar, em resposta aos vários olhares sobre o mesmo lugar (Irving, 2009, p. 177-178).

O campo desta pesquisa está situado no litoral do estado do Paraná. Este, por sua vez, está a cerca de 100 km da capital do estado, Curitiba, e é composto pelos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. De acordo com Cabral (2020), a composição étnica da região conta com a presença de povos tradicionais indígenas, caiçaras, quilombolas e de agricultores familiares. Em termos de território, o litoral abriga cerca de 44 Unidades de Conservação, em níveis federal, estadual e municipal, e mais da metade com baixo grau de implementação.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A proposta temática da presente pesquisa é o Turismo de Base Comunitária (TBC) e suas características conceituais identificadas a partir de experiências brasileiras. Para tal, considerando a dimensão deste trabalho, é apresentado um recorte metodológico para melhor identificar as práticas e correlacionar com a literatura encontrada acerca do tema, que se desdobra no problema principal através do seguinte questionamento: Essas características encontradas e selecionadas na literatura científica, ocorrem na comunidade a ser pesquisada?

1.2 JUSTIFICATIVA

O Turismo de Base Comunitária se apresenta como possibilidade de valorização de tradições, cultura e saberes. Como desdobramento de outros tipos de turismos do final do século XX (ecoturismo, turismo em terras indígenas)

associados ao novo paradigma do desenvolvimento sustentável, o Turismo de Base Comunitária apresenta seu modelo de turismo a partir de uma gestão que, embora inserido no contexto mercantil por meio do sistema econômico capitalista, se desenvolve em outra lógica, de economia solidária, associativista, cooperativista e sustentável. A criação de redes fortaleceu a área, junto ao desenvolvimento de pesquisas e encontros que incentivaram a prática do TBC.

Durante a pesquisa bibliográfica, encontrou-se pressupostos, características e a importância do trabalho em rede para a continuidade e fortalecimento das práticas de TBC no contexto nacional e latinoamericano (Moraes; Irving; Mendonça, 2018). Após a Covid-19 os movimentos de turismo com a restrição de deslocamento impostas pela segurança pública movimentou uma circulação de turistas em menor distância, chamando atenção para destinos mais próximos à origem, e a retomada do Ministério do Turismo com o incentivo para a regionalização do Turismo no país, criado em 2004 (a partir do plano Nacional da década de 1990) e alterado em 2013, com a participação pública da sociedade civil por meio de consulta. (Mamede; Grechi, 2022)

A relevância desse estudo propõe uma reflexão sobre a importância em explorar o conceito de TBC em termos conceituais e percebê-lo em diálogo com a prática.

1.3 OBJETIVO

A partir de leituras sobre o Turismo de Base Comunitária e no contexto brasileiro, este tópico tem a finalidade de apresentar o projeto de pesquisa, definido através do objetivo geral e, junto a ele, desdobram-se alguns objetivos específicos para amparar o geral.

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é, a partir da literatura utilizada, analisar na comunidade pesquisada os conceitos e princípios do TBC.

1.3.2 Objetivos Específicos

Com a finalidade de atingir o objetivo geral da pesquisa, foram estruturados os seguintes objetivos específicos:

- a) Discutir o conceito e os princípios de TBC presentes na literatura de Turismo no cenário nacional;
- b) Analisar uma comunidade do Litoral do Paraná a partir dos princípios de TBC;
- c) Definir um projeto de turismo (produto) a ser entregue às comunidades com base em pesquisa-ação.

A estrutura deste trabalho se apresenta da seguinte forma: no capítulo 2 - Marco Teórico, o texto traz o contexto no qual o TBC se desenvolve, a partir dos cenários latinoamericano e brasileiro, chamando a atenção para os elementos que o embasam, o desenvolvimento sustentável no item 2.1. Contexto Histórico do TBC na América Latina e no Brasil: desenvolvimento sustentável e redes; no item seguinte, o ponto 2.2. Contexto e pressupostos do TBC no Brasil fala-se sobre a relação do TBC com o ecoturismo e o turismo em terras indígenas como tipos de turismo que antecedem e inspiram o TBC no contexto nacional, além da relação do TBC com a economia solidária, exemplos de redes brasileiras de TBC e a relação do povos tradicionais com o território e o TBC (itens 2.2.1 e 2.2.2) e no último item deste capítulo, o 2.3. TBC no Brasil: discussão e conceito, traz os autores em diálogo para entender os princípios e características do TBC.

No capítulo seguinte, o 3: Procedimentos Metodológicos, explica-se a estratégia de abordagem dos processos da pesquisa a partir de seus objetivos geral e específicos, as ferramentas e usos como suporte para a execução deste PPGT. A pesquisa, em termos metodológicos, se caracteriza majoritariamente como exploratória, mas que se ampara em demais estratégias complementares, como estudo de caso e etnografia e os usos das abordagens estão melhor explicados no referido capítulo.

2 MARCO TEÓRICO

Neste capítulo, é apresentado o conceito de TBC e uma breve contextualização no âmbito brasileiro. Junto a isso, apresenta-se o cenário do surgimento do TBC na América Latina acerca de suas práticas.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO TBC NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E REDES

Abordar o TBC no contexto do Brasil e da América Latina auxilia a compreender ainda mais as características e definições acerca do seu conceito. Nos anos 1970 a América Latina se destaca como destino turístico emergente e enquanto possibilidade de redução da desigualdade social por meio de práticas turísticas e também como resposta ao desenvolvimento globalizado e suas contradições em termos de riscos, impactos e incertezas, a América Latina se torna um destino turístico global (Moraes; Irving; Mendonça, 2019).

O Turismo de Base Comunitária na América Latina têm nos anos 1980 o seu marco inicial de atividades entre populações indígenas e rurais a partir do reconhecimento de seus aspectos culturais e tradicionais, a se pensar no modo de vida, associado às paisagens naturais locais na região dos Andes e na América Central, como na Bolívia, Argentina e, principalmente, no México (Moraes; Irving; Mendonça, 2019).

Vargas, Chaviano e Ocaña (2015) contribuem também ao sistematizar o contexto do surgimento do turismo comunitário latinoamericano, na década de 1980, com destaque para o ano de 1987, quando a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento publicam o documento “Nosso Futuro Comum⁴” no qual se falava sobre a necessidade de mudar os paradigmas de produção e consumo, a partir de diversos estudos e projeções, por conta da crise econômica vigente, a desigualdade social crescente junto à degradação do meio ambiente. Além desta Comissão, as autoras citam as demais convenções e declarações internacionais que contribuíram para o desenvolvimento - entre inúmeras outras práticas relacionadas à produção e

⁴ A declaração é um documento assinado em 2003, San José, Costa Rica, no Segundo Encontro Latinoamericano de Turismo Comunitário, realizado pela REDTURS, por representantes comunitários da Bolívia, Brasil, Costa Rica, Equador, Guatemala e Peru (Moraes; Irving; Mendonça, 2019).

consumo - de novas formas de turismo, como o de base comunitária. São elas, rapidamente: a Declaração do Rio (1992), a Convenção de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ou Rio+10, em 2002) e o Código de ética mundial para o turismo (2021) que propõe princípios e diretrizes para o turismo sustentável⁵.

A partir disso, Vargas, Chaviano e Ocaña (2015) apontam três elementos básicos acerca da origem do Turismo de base comunitária, são eles:

- a) A necessidade de redução do desemprego e superação da crise econômica em comunidades ricas em cultura e recursos naturais por meio de práticas turísticas;
- b) Os benefícios de mão dupla: os recursos econômicos adquiridos por meio das atividades ofertadas pela comunidade e as experiências vividas pelos visitantes junto ao modo de vida local;
- c) A participação local organizada como ponto de sucesso para manutenção adequada do território e sua proteção de forma sustentável.

Desde então, o TBC têm sido discutido e promovido ao longo do tempo na América Latina em alguns países com semelhantes características, em termos de organização, planejamento e gestão, e estrutura de articulação e divulgação em redes.

Para Moraes, Irving e Mendonça (2019), o contexto do TBC na América Latina está inserido a partir de alguns elementos constantes à geografia: países ricos em diversidade cultural, paisagens naturais em contexto de unidades de conservação, vulnerabilidade social, tais como desigualdade social, estrutural, econômica, e populações à margem e reféns dos impactos negativos de empreendimentos do turismo convencional.

No Brasil dos anos de 1990, o tema do turismo comunitário, de acordo com Irving (2007), apontava para perspectivas de valorização dos aspectos locais e suas culturas para incluí-las, e não ignorá-las, no planejamento turístico. É um contexto no qual a sociedade contemporânea globalizada e o turismo, enquanto fenômeno, avançam em conjunto, a partir de práticas turísticas que seguem em frente (Irving, 2007).

⁵ “Nosso Futuro Comum” é o título do relatório Brundtland, publicado em outubro de 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, a ONU, o qual se falava sobre o novo conceito da época de Desenvolvimento Sustentável e que propunha medidas a serem tomadas para promovê-lo.

Concomitante à época, um coletivo de pesquisadores se mobiliza para a discussão do tema a partir dos Encontros de Turismo de Base Local (ENTBL), pautados em interesse interdisciplinar pelo tema e incentivando a consolidação de redes de TBC para o fortalecimento, reflexões e engajamento para práticas de turismo comunitário. A atuação ocorreu por meio de publicações, projetos com o setor público e produções de relevância sobre o tema.

Mas, de acordo com Irving (2007), como a perspectiva da época sobre pesquisas em/de turismo seguia centrada no mercado, o alcance e a potência ficavam reduzidos. A autora cita que:

Estes trabalhos, no entanto, tinham alcance limitado no âmbito das pesquisas em turismo, centradas, até aquele momento, em leituras mais dirigidas à perspectiva de mercado. Da mesma forma, este tema praticamente não era referido em políticas públicas e nem considerado em uma perspectiva estratégica vinculada ao desenvolvimento do turismo no país, pelas razões mencionadas (Irving, 2007, p.109).

Para Moraes, Irving e Mendonça (2019), o fortalecimento do TBC na América Latina esteve, no início dos anos 2000, associado à criação da Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS). A REDTURS foi criada em 2001 e incentivada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT⁶), para articulação de iniciativas de diferentes escalas e contextos, sendo eles de nível local e nacional, “influenciando o desenvolvimento de diferentes práticas na região” (Moraes; Irving; Mendonça, 2019, p. 251).

A partir disso, o TBC no contexto latino-americano se apresenta a partir de alguns valores expressos na Declaración de San José sobre Turismo Rural Comunitário⁷ (REDTURS, 2003), a saber: “solidariedade, cooperação, respeito pela vida e conservação e uso sustentável dos recursos naturais.⁸” Esses valores e princípios, de acordo com os autores, são oriundos da valorização acerca da cosmovisão e do modo de vida dos povos tradicionais em amplo aspecto (econômico, social, cultural, espiritual) os quais não se dissociam da natureza, diferentemente da cultura ocidental. A partir dessa noção comum entre povos tradicionais, de que cultura e natureza que estão juntas, a trajetória nas práticas de

⁶ Vide Anexo A.

⁷ Respectivamente o nome e órgão relacionado: Declaração do Rio (1992) - ONU, Convenção de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2002) - ONU, Código de Ética Mundial para o Turismo (2021) - Organização Mundial do Turismo (OMT).

⁸ Sociólogo espanhol. Obra de referência citada pelas autoras: CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

TBC também os une, no que diz respeito à resistência e preservação aos impactos ou ameaças externas aos seus modos de vida, decorrentes, também, de práticas do turismo convencional sobre temporalidade e modos de vida local.

Ao retomar o aspecto da relação entre TBC e redes na América Latina, é importante apresentar de forma breve o conceito de rede. O conceito de rede foi desenvolvido ao longo do século XX e é a partir das contribuições de Manuel Castells⁹, um dos principais pensadores acerca do conceito, que se explica rede enquanto uma nova forma de organização enquanto “estrutura social”.

Com o avanço das tecnologias, do conhecimento e da informação ao longo do século passado, de acordo com este autor, as redes são compostas por uma estrutura na qual agentes, vistos como indivíduos ou coletivos, se articulam acerca de questões das mais diversas áreas enquanto movimento de reivindicação democrática, sejam temas relacionados à saúde, educação, cultura ou economia, por exemplo, a partir de uma “ideia-força” “aberta e emancipatória”. Para Moraes, Irving e Mendonça (2019), é ainda um termo controverso e polissêmico e, com o avanço da internet, os alcances são ambíguos: podem limitar ou incentivar ações do Estado e do mercado.

Nesse contexto de TBC e América Latina, “rede” conecta tanto pela continuidade de suas práticas, quanto nas articulações de contatos e intercâmbio, associados ao que o Castells (2010) caracteriza como “ideia-força”, além de chamadas para reivindicações para políticas de turismo comunitário, como políticas públicas, fomento e apoio estrutural, por exemplo.

Porém, os avanços seguem frágeis no que diz respeito às redes de TBC na AL, e a própria REDTURS, criada na época pela OIT perdeu seu apoio institucional. Algumas debilidades, como a falta de equipe técnica para gerir as redes, às coloca sob ameaça de extinção, junto a isso, a necessidade e escassez de recursos externos reflete diretamente nos “negócios de TBC”, com o esvaziamento de profissionais capacitados, além da informalidade e a falta de políticas públicas e de infraestrutura básica para o estímulo e manutenção dessas iniciativas no mercado turístico global (Moraes; Irving; Mendonça, 2019 *apud* Maldonado, 2009).

O TBC não é homogêneo, mas pode-se entender alguns elementos que o baseamos, como autogestão e sustentabilidade: o valor não é somente ou

⁹ Por exemplo, pescadores artesanais, etnias indígenas, agricultores familiares, ribeirinhos e camponeses (Moraes; Irving; Mendonça, 2019).

principalmente o lucro, mas sua prática se associa a valores de grande relevância, tais como identidade, pertencimento, cultura e território (Irving, 2009).

2.2 CONTEXTO E PRESSUPOSTOS DO TBC NO BRASIL

Antes de falar um pouco mais sobre o TBC, é importante retomar o lugar que o Turismo (geral) estava inserido após os anos 1980: junto às discussões oriundas das movimentações globais acerca da crise econômica, desigualdade social e degradação do meio ambiente, como citado anteriormente, como base para o paradigma do Desenvolvimento Sustentável. Irving (2009, p. 109), afirma que entender o turismo enquanto “alternativa possível para a inclusão social” ainda é recente.

De acordo com a autora, foi no início dos anos 2000, com os pactos globais que o cenário passa a ser favorável para a sensibilização acerca do TBC sob outras perspectivas, como prática de sustentabilidade em amplo aspecto, de conservação dos recursos culturais e naturais, além da atenção dada ao desenvolvimento social e econômico das comunidades receptoras a partir, inclusive, da autogestão e autonomia local, reconhecendo que o destino turístico deve ser bom para o residente antes de sê-lo para o turista (Irving, 2009). Além disso, contextualiza:

Assim, as discussões realizadas no Brasil e no mundo sobre turismo e sustentabilidade passaram a recomendar para a prática turística: a conservação dos recursos naturais e culturais, o compromisso de desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras e a participação dos atores sociais em todas as etapas do processo de planejamento e implementação de projetos, com a geração de benefícios para a população local e sua autonomia no processo de decisão (Irving, 2009, p.110).

Para a autora, o turismo vai além da concepção mercadológica e o coloca em outro status: enquanto um “fenômeno social complexo da contemporaneidade” (Irving, 2009, p. 110) e o lugar turístico enquanto território/espaco com muitos acontecimentos que “não é um lugar apenas, mas o palco de conflitos e o cenário de transformações; os vários lugares do mesmo lugar, em resposta aos vários olhares sobre o mesmo lugar” (Irving, 2009, p. 177-178).

Lembrando que o contexto dos anos anteriores, ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, foi de grande movimentação política e de novos paradigmas no mundo ocidental, como o do desenvolvimento sustentável, por exemplo, enquanto

proposta para amenizar as desigualdades sociais e preservar o meio ambiente para a continuidade do planeta em termos sustentáveis. Não foi à toa que as práticas e perspectivas relacionadas ao turismo se ampliaram para suas novas formas. Para além do turismo convencional, o ecoturismo e o turismo em terras indígenas se apresentam como possibilidade de transformar as relações entre sociedade e natureza, em amplo aspecto. Nesse cenário, o TBC que dialoga com esses segmentos, também se apresentou.

Ainda sobre o ecoturismo, foi no início dos anos de 1980 que o termo foi utilizado pela primeira vez, por um autor chamado Ceballos-Lascuráin. Na época, o ecoturismo foi considerado como um desdobramento do turismo alternativo, uma prática já existente como resposta ao turismo de massa, o qual baseia-se em pouca preocupação com impactos socioambientais em países estrangeiros e maior atenção à lucratividade da indústria turística. Além disso, Goulart (2014, p. 20 *apud* Ceballos-Lascuráin, 2002) cita que são fatores que compõem sua origem: a “popularidade” ao acesso a viagens aéreas, a quantidade de produção documental televisiva sobre a natureza e viagens, além do incentivo às questões ligadas ao meio ambiente que permitiram que o ecoturismo se tornasse um grande fenômeno no final do século XX.

No Brasil, a discussão é feita desde a década de 1980 e, em 1994 são criadas as diretrizes para uma política nacional de ecoturismo, a partir dos Ministérios da Indústria, comércio e turismo, o Ministério do Meio Ambiente, dos recursos hídricos e da Amazônia Legal¹⁰ com o intuito de organizar e relacionar teoria com prática. Goulart (2014) destaca que a relação do ecoturismo com o ambiente natural e social prevê maior responsabilidade. O autor afirma que:

Desta forma, notamos que o ecoturismo exige uma postura mais responsável tanto com o ambiente natural quanto com o sociocultural, quando comparado a outras formas de turismo. Western (2002) afirma que o ecoturismo é mais do que uma pequena elite de amantes da natureza. Na verdade trata-se de uma fusão de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social (Goulart, 2014, p.22).

Já sobre o turismo em terras indígenas, é um pouco antes, na emblemática década de 1970 que Leal (2009) nos conta que com o reconhecimento dos grupos indígenas e sua legalidade constitucional, por meio da política indigenista nacional, tais grupos retomam suas práticas tradicionais oriundas da combinação de sua

¹⁰ Disponível em: <https://www.coletivomuda.tur.br/>

origem/herança ancestral junto aos processos de intercâmbio cultural com a sociedade em geral, por meio de práticas e costumes regionais, nacionais e internacionais ao longo das décadas, permitindo assim, um “reforço à etnicidade e relativização cultural” (Leal, 2009, p. 245). É como se o reconhecimento “legítimo” “destravasse” práticas que estavam sublimadas. O artesanato indígena, para a autora, é um dos elementos que dá legitimidade aos indígenas e está presente e reconhecido de forma ampla no contexto turístico.

Leal (2009) apresenta, como exemplo bem sucedido, a associação de ecoturismo Pataxó, na Reserva Indígena da Jaqueira, no município de Coroa Vermelha na Bahia, descrita por Grunewald (2003), que está aberta para receber visitantes desde 1999. Também aponta que alguns autores alertam para os efeitos nocivos que o turismo pode causar, como “a criação de “aldeias turísticas” e o aparecimento do “índio turístico”. Leal (2009 *apud* Grunewald 2003) fala sobre o indígena que se adapta às necessidades e expectativas do turista de massa em relação ao que irá visitar, chamando isso de “eticidade-para-turismo” (Leal, 2009, p. 246). De acordo com Leal (2009), o nativo indígena não serve ao turista, ele em seu contexto é também elemento em exposição, que compõe o ambiente do atrativo turístico. E por fim, Leal (2009) considera que o contato turístico, portanto, promove novos signos culturais internos que ora são visíveis, ora não, de acordo com a escolha dos grupos étnicos em compartilhar com seus visitantes.

Neste sentido o TBC, mais especificamente falando, associa o local e os atores de sua “produção” enquanto sujeitos e não objetos, vistos como os de consumo. Para Irving (2009), o Turismo de Base Comunitária pressupõe um alcance do coletivo, ela afirma que:

O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização (Irving, 2009, p.111).

E é a partir desse encontro entre identidades, entre visitante e visitado, que o compartilhamento e aprendizagem são mútuos. O protagonismo social implica na valorização da cultura para trocas e encontros, trazendo o sentimento de pertencimento e reconhecimento enquanto agente do processo de construção da

realidade do desenvolvimento: uma pista para reflexão de impactos. É nesse tipo de prática turística que os impactos sociais e ambientais podem ser dimensionados e controlados, a partir de uma escala (de produção/consumo) limitada, trazendo benefícios diretos à população local, tanto em termos de recursos, quanto em termos de manejo de visitas, além da valorização da identidade local e o encontro promovido entre o Eu e o Outro (que se tratam de visitante e visitado) enquanto condição essencial.

Esse encontro, a partir de um lugar que não está relacionado ao tempo e ao espaço, irá dizer Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009 apud Zaoual, 2000; Heidegger, 1976), mas sim, ao encontro face a face e vai além do contato entre humanos, mas no espaço e toda sua composição. O TBC, portanto, tem como mote a atenção voltada para uma prática de turismo mais equilibrada, ou seja, atenta aos impactos e às soluções e ajustes para uma prática turística adequada, pensando na sustentabilidade. Cuidados com o meio ambiente e respeito à cultura local são destaques para as características do TBC, associado ao desenvolvimento econômico e social.

Para Moraes, Irving e Mendonça (2019), o TBC se associa à resistência cultural e política locais frente ao turismo massificado no contexto latino-americano. Os autores apontam que

Essa nova perspectiva na América Latina tem sido interpretada como uma oportunidade para a melhoria de qualidade de vida por inúmeros grupos sociais¹¹ em situação de vulnerabilidade social e ambiental e à margem de projetos turísticos convencionais na região. ” (Moraes; Irving; Mendonça, 2019, p. 250 *apud* Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009; Coriolano; Sampaio, 2013).

As experiências de TBC também pressupõe relação com instituições formalizadas, sociedade civil organizada, poder público (Estado e demais esferas) e mercado “de modo que possam aproveitar das benesses de uma incubação, recebendo apoio gerencial e financeiro aportadas por tais instituições” (Sampaio, 2008, p. 9).

¹¹ Para saber mais: BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>

Junto a isso, Sampaio (2008) destaca que a maioria das iniciativas de turismo comunitário está localizada em regiões, próximas ou não, de Unidades de Conservação. Com isso, as experiências se relacionam, principalmente com projetos socioambientais (sistêmicos: ambiente, cultura, economia) já pressupondo a atividade turística, mesmo que tradicional (turismo cultural, ecoturismo e agroturismo) em países que apresentam má distribuição de renda e baixos níveis de escolaridade.

Nesse aspecto, pode-se indicar tal elemento, a atuação direta no planejamento sustentável, como característica também encontrada nas práticas do TBC. Outros aspectos relevantes que merecem ser citados são: a economia solidária, as redes para manutenção e divulgação e as questões políticas que envolvem o ambiente do TBC, sendo território, identidades e diversidade.

2.2.1 Economia Solidária e TBC

A economia solidária, de acordo com Gaiger e Kuyven (2020), é um desdobramento de formas de organização socioeconômica com a característica de ser coletiva como resposta a um cenário no qual a economia mercantil aumenta os abismos econômicos e sociais. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil, 2024), a Economia Popular Solidária está pautada nos seguintes princípios: autogestão, do comércio justo e solidário, da cooperação e da solidariedade, a gestão democrática e participativa, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, o respeito aos ecossistemas, a preservação do meio ambiente e a valorização do ser humano, do trabalho e da cultura. Os grupos sociais que seguem esse formato, são chamados de Empreendimentos de Economia Solidária (ESS).

Faz-se importante frisar que a estrutura de redes possua, no que diz respeito às práticas do TBC no Brasil, como forma de manutenção, divulgação e trocas de experiências sobre o que se oferta em termos de serviços e experiências turísticas.

2.2.1.1 Exemplos de Redes de Economia Solidária e TBC no Brasil

A Rede Tucum possui grande destaque está ativa e é uma das referências de TBC no país, criada há cerca 30 anos a partir de comunidades do litoral do

estado do Ceará, a organização ocorreu em função da necessidade de defesa dos territórios de pesca e moradia que estavam sendo ameaçados pela grande expansão do turismo convencional, junto a ameaça dos modos de vida tradicionais de “desaparecerem” por conta do turismo convencional dos anos de 1990 (Tucum, 2024). Como possibilidade para resistir, os grupos se movimentaram para o desenvolvimento de outra forma turística que pudesse estabelecer uma relação mais equilibrada com a comunidade local, prestando serviços de turismo comunitário. A Tucum é composta por grupos de turismo local a partir de cada comunidade e não há pessoas externas à comunidade que a compõem. A última postagem na página das redes sociais (Facebook), data de 5 de janeiro e o site indicado está fora do ar.

A Turisol, foi a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário criada em 2003, com a intenção de articular iniciativas de turismo comunitário da época: o Projeto Bagagem, Acolhida na Colônia, Rede Tucum, Casa Grande, Saúde e Alegria, Mamirauá e Silves (Turisol, 2015). Entre 2008 e 2010 houve incentivo, junto ao Instituto Virtual do Turismo (UFRJ), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) que foram parceiros na discussão e construção das bases dessa Rede para a publicação sobre as iniciativas supracitadas. Nos anos posteriores a rede está suspensa por falta de incentivos e articulações para retomada (Bartholo *et al.*, 2016).

No estado da Bahia, tem-se a Rede Batuc, que abrange comunidades diversas e oferece serviços turísticos relacionados aos seus modos de vida. Esta, é composta por comunidades de pescadores, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, periferias, extrativistas e fundo de pasto, que descobriram no turismo uma forma de valorização do seu modo de vida (Batuc, 2024). As experiências turísticas oferecidas são caracterizadas por trilhas, banhos de cachoeira, cultivo em hortas e outros atrativos relacionados ao modo de vida. Eles oferecem: turismo étnico afro comunitário em quilombo, turismo em assentamento, turismo em assentamento, turismo em comunidade de pesca, turismo dos povos originários/indígenas, turismo comunitário em fundo de pastos, turismo cultural da Península de Itapagipe, turismo religioso e cultural comunitário, turismo comunitário, no subúrbio, e ecoturismo comunitário (Batuc, 2024).

Com o intuito de contribuição e divulgação de conhecimento, há também o site “TBC-REDE: Turismo de Base Comunitária pelo Brasil e pelo Mundo¹²”, que

¹² Disponível em: <https://tbcrede.blogspot.com/p/apresentacao.html>

começou com uma proposta de biblioteca virtual sobre o tema e se expandiu a partir de projetos de iniciação científica sobre TBC, se apresenta como “Laboratório de Turismo de Base Comunitária, Sustentabilidade e Redes”. Embora diga respeito ao turismo responsável e sustentável, o coletivo Muda¹³, se apresenta com proposta similar à ideia de redes, com o intuito de promover este tipo de turismo, estimular a profissionalização, estabelecer vínculo/atuação junto a políticas públicas de turismo, articular parcerias e praticar a sustentabilidade.

Essas articulações em rede, independente de estarem atuantes no presente momento, respondem às movimentações que, no início dos anos 2000, trouxeram acerca das políticas públicas de reconhecimento de povos tradicionais (ribeirinhas, caiçara, quilombola, indígena, etc.) e o apoio do Ministério do Turismo, ao reconhecer o TBC como atrativo (Bartholo *et al.*, 2016).

2.2.2 Povos Tradicionais, Territórios e TBC

Através do decreto 6.040/2007, o governo federal institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Brasil, 2007), no qual descreve as características dos povos e comunidades tradicionais; em linhas gerais, dizem respeito às populações que se reconhecem como grupos culturais diferentes e que se organizam de forma própria em termos sociais, ocupação do território, recursos naturais, aspectos culturais, religiosos, e outros. Por exemplo: caiçaras, ribeirinhos, povos indígenas e quilombolas, sendo os dois últimos, amparados por artigos constitucionais, respectivamente 231 da Constituição Federal (Brasil, 1988) e no artigo 68 do decreto nº 4.887 (Brasil, 2003). De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO, 2024), a definição de povos e comunidades tradicionais são

Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e

¹³ De acordo com Cabral (2020), a UFPR Litoral desenvolve projetos de extensão desde 2015 focados em turismo de base comunitária a partir de cursos que ocorrem de forma itinerante pela região, os cursos que a autora destaca como incentivadores para o fortalecimento dos anfitriões, foram: “Anfitriões da Baía de Guaratuba” e “Anfitriões do Litoral” (com duração de 120h cada) e “Culinária e Turismo de base comunitária” e “Turismo na Rede!” (carga horária aproximada e variável de 40h) (Cabral 2020, p. 343).

transmitidos pela tradição (inciso I Art. 3º Decreto 6.040/2007) (ICMBIO, 2024).

Esse reconhecimento institucional dos povos tradicionais permite que políticas públicas relacionadas ao meio ambiente e conservação, emprego e turismo possam dialogar em prol do desenvolvimento de políticas públicas relacionadas às práticas de TBC, junto ao que foi citado no capítulo anterior acerca de seu contexto de origem, tanto no Brasil como na América Latina.

2.3 TBC NO BRASIL: DISCUSSÃO DO CONCEITO

A partir dos autores citados, nota-se que há um desafio conceitual para a definição do conceito de TBC no Brasil. Associado às peculiaridades dos contextos em que ocorrem, não há uma definição clara e concisa acerca do termo, mas nota-se que há elementos norteadores, considerados como princípios e/ou características.

Como dito anteriormente, o conceito de TBC surge no final da década de 1990 e começa a se estabelecer no Brasil a partir disso. Entendido como prática de resistência dos modos de vida tradicionais e desdobramento do turismo cultural ou etnoturismo, sua resistência está relacionada como uma alternativa ao “modo de vida consumista-materialista” (Sampaio, 2008, p. 2 *apud* Sampaio, 2005).

Ou seja, para este autor, o TBC pode ser uma possibilidade para as populações tradicionais seguirem seu modo de vida e divulgá-la enquanto prática motivacional de resistência aos impactos que podem ser gerados com a presença ostensiva de um turismo de massa/convencional. Entretanto, cabe frisar que o TBC se diferencia do turismo cultural, do ecoturismo e do turismo rural, por ser pensado enquanto projeto sistêmico que desenvolve a própria comunidade no “fazer turismo”.

De acordo com Sampaio (2008), dois aspectos são norteadores para o conceito de TBC: o deslocamento da crítica ao turismo de massa e o TBC enquanto substantivo e transdisciplinar. Sobre isto, o autor pontua que considerá-lo como substantivo é entendê-lo como novo campo de conhecimento

Com vida própria, um campo de conhecimento novo, de pretensão transdisciplinar, distanciado da retórica de se tratar de mais uma modalidade de atividade turística aprisionada na vertente utilitarista. Desde já, não se desmerece a importância da geração de trabalho e renda ocasionada pela atividade turística, mas ela por si só não representa a densidade que o conceito turismo comunitário carrega (Sampaio, 2008, p.2).

O autor nos traz como base para interpretação do conceito, o termo ecossocioeconomia, a qual se relaciona com outra racionalidade, para além da utilitarista, baseada puramente em consumo e acúmulo de capital econômico, como proposta de outra racionalidade acerca da organização social local. Sampaio afirma que

É uma teoria pensada a partir das experimentações, das complexidades do cotidiano, das contradições inerentes à mudança paradigmática que se deseja quando se pensa nas limitações do utilitarismo economicista e que, muitas vezes, não se dá infelizmente na velocidade que se deseja (Sampaio, 2008, p. 2).

Grim e Sampaio (2011) apontam que a gestão ecossistêmica está pautada em alguns princípios: (1) a prática turística, (2) a convivencialidade e (3) o território. É na prática turística que a convivencialidade se apresenta como um tipo de hospitalidade caracterizada com a solidariedade que os grandes centros urbanos já não possuem por conta de seu modo de vida, ela é portanto uma interação com trocas sobre o modo de vida tradicional que extrapola a hospitalidade: há um intercâmbio que ocorre em um território específico, delimitado física e geograficamente enquanto espaço de produção e subsistência de uma dinâmica social caracterizada também por ele, pelo território delimitado. A partir disso, as populações tradicionais também desenvolvem sua autonomia para escolher seus limites de abertura ou não para a visitação turística em alguns de seus espaços dentro de seu território a partir de seu conjunto de práticas de vida (social, econômica, cultural, religiosa, etc). Desta forma, o autor defende que o Turismo Comunitário evoca os mesmos princípios da gestão ecossistêmica: prática turística, convivencialidade e território.

Esses autores destacam que o TBC é desenvolvido pelos próprios moradores locais, de forma articulada e organizada na cadeia produtiva, “onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida” (Grim; Sampaio, 2011, p. 61 *apud* Coriolano, 2003). É um turismo no qual os princípios e valores éticos se alinham aos projetos implementados com valores como participação e co-responsabilidade.

Para Moraes, Irving e Mendonça (2019 *apud* Maldonado, 2009), o TBC também se relaciona com o aspecto da gestão comunitária associadas à cooperação e distribuição de benefícios a partir dos serviços turísticos, diferente do turismo de massa. De acordo com as autoras:

O diferencial da experiência de TBC seria a sua dimensão humana e cultural, que busca incentivar o diálogo entre iguais e os encontros interculturais entre visitantes e visitados, na perspectiva de se conhecer e de se aprender com os modos de vida locais. Nesse caso, busca-se valorizar as manifestações culturais em articulação com a vivência dos atrativos naturais, históricos e recreativos (Moraes; Irving; Mendonça, 2019, p. 251 *apud* Maldonado, 2009).

Outra contribuição relevante para entender o conceito de TBC são as premissas básicas apontadas por Irving (2009), enquanto condição para as práticas do TBC que permitem delinear uma concepção de turismo comunitário que vai muito além da noção enviesada da associação superficial entre comunitário e comunidade socialmente vulnerável. As condições para o TBC no Brasil, de acordo com a autora, são pautadas nos seguintes aspectos:

- 1) Base endógena da iniciativa e desenvolvimento local;
- 2) Participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos;
- 3) Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados;
- 4) Geração de benefícios diretos à população local;
- 5) Afirmação cultural e interculturalidade;
- 6) O “encontro” como condição essencial.

Para Irving (2009), esses elementos compõem a dinâmica social e ambiental na qual estão inseridos os contextos em que ocorrem as práticas de TBC. A primeira característica citada, “base endógena da iniciativa e desenvolvimento local”, é relevante por se relacionar com “a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento” (Irving, 2009, p. 111) que contribui por sua vez, com a segunda característica ou premissa chamada de “participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos” que aponta sobre a importância do envolvimento e participações locais no que diz respeito à planejamento e gestão garantindo uma sustentabilidade maior das iniciativas.

Junto à isso, é importante considerar as especificidades locais, para ponderar o que a autora traz sobre isso quando diz que

é também fundamental que se compreenda que os processos participativos são lentos, envolvem custos adicionais nem sempre considerados nos orçamentos em planejamento turístico, e exigem um elevado investimento em formação de recursos humanos e construção de arcabouços metodológicos capazes de lidar com as especificidades locais e gerar respostas (Irving, 2009, p.114).

Acerca do ponto 3, a escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados, fator citado anteriormente pelos demais autores acima, diz respeito à importância do controle acerca de visitas considerando os impactos causados pelas práticas turísticas, além disso, cabe lembrar que o TBC opera sob outra perspectiva que não diz respeito ao volume, como o turismo de massa, com pouco controle acerca de circulação e ocupação de destinos e atrativos turísticos, mas à qualidade de recepção a partir da realidade e seu contexto junto à população envolvida. O que significa inclusive afirmar que o TBC não é um substituto sustentável do turismo convencional, mas sim, uma prática que opera sob outras lógicas e condições enquanto uma alternativa em relação ao turismo convencional. Irving (2009, p. 115) afirma que “neste caso, não apenas se busca assegurar a participação das populações locais em todas as etapas do processo, mas também a “qualidade” ambiental e social do destino”.

O quarto ponto, “geração de benefícios diretos à população local” é um pré-requisito para o TBC. As iniciativas de TBC, de acordo com a autora, possuem a premissa de assegurar que os recursos oriundos do turismo sejam utilizados para melhorias no próprio TBC e na qualidade de vida da realidade local (Irving, 2009). Junto a isso, ela indica a necessidade de se criar instrumentos de avaliação acerca das iniciativas para identificar os sucessos, as falhas e a transparência do processo e readequar de acordo com a necessidade.

Os dois últimos pontos se associam com mais facilidade, são eles: “afirmação cultural e interculturalidade” e “o ‘encontro’ como condição essencial”. Acerca da afirmação cultural e interculturalidade, no contexto brasileiro a autora destaca os aspectos relacionados à identidade e pertencimento, a partir de pautas territoriais e ambientais, no que diz respeito à conservação.

E por fim, “o ‘encontro’ como condição essencial” é para Irving (2009) um aspecto que diz respeito à ética entre os sujeitos visitantes e visitados a partir do ambiente no qual estão interagindo em reciprocidade. A autora cita o conceito da dádiva, de Mauss (2003), o qual implica em uma relação entre dar, receber e retribuir, ao interpretar que “atores locais e turistas são, simultaneamente, agentes, sujeitos e objetos no processo” (Irving, 2009, p. 118). Junto a isso, o conceito de hospitalidade também se amplia, e a autora menciona que essa relação entre dádiva e hospitalidade permite uma amplitude na definição deste último, pois é sobre a

qualidade tanto do visitante quanto do visitado/anfitrião a partir de laços sociais. E por fim, sobre a importância desse tipo de encontro, Irving conclui que

É nesta potencialidade do real encontro que se materializa a relação local-global e que se estabelece uma nova dinâmica de resgate de identidades e inovação. Assim, o encontro é também processo, descoberta, crítica e reinvenção de uma nova realidade (Irving, 2009, p. 119).

Importante lembrar que o TBC diz respeito às práticas turísticas que não estão restritas ao aspecto meramente econômico e/ou de geração de renda complementar. Mas enquanto prática comunitária de um turismo com uma proposta de manutenção e divulgação de modos de vida tradicionais associados, geralmente, a ambientes naturais (pesca, agricultura, etc) e práticas culturais específicas de um território. Ele surge também como uma resposta ao cenário de turismo de massa/convencional que segue em processo de expansão em muitos destinos turísticos, mas que exigem as cautelas para que haja um desenvolvimento da população no que diz respeito às próprias condições de vida para que a prática turística seja também confortável aos moradores locais/autóctones.

Além dos aspectos culturais de valorização das tradições como forma de reconhecimento de si e de seu modo de vida enquanto comunidade única, o turismo comunitário pressupõe o protagonismo da comunidade local e propõe uma experiência de turismo pautado em trocas de experiências e saberes em relação ao seu modo particular de vida.

No QUADRO 1, abaixo, apresentamos os princípios gerais relacionados ao TBC de acordo com os autores referenciados nesta pesquisa, sobre o tema.

QUADRO 1 – PRINCÍPIOS DO TBC DE ACORDO COM A LITERATURA CIENTÍFICA BRASILEIRA.

Autor	Princípios apresentados pelos autores
Irving (2007)	• Base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; • Participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos; • Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; • Geração de benefícios diretos à população local; • Afirmação cultural e interculturalidade; • O “encontro” como condição essencial; • Prática de sustentabilidade em amplo aspecto; • Conservação de recursos culturais e naturais; • Desenvolvimento social e econômico (autogestão e autonomia local); • Sustentabilidade.

Sampaio (2008)	• Ecosocioeconomia (Prática turística, Convivencialidade, Território) • Participação e co-responsabilidade; • Relação com unidades de conservação (sistêmicos: ambiente, cultura, economia); • Prática de resistência; • Campo de conhecimento transdisciplinar.
Grimm; Sampaio (2011)	• TBC e Conservação ambiental; • Participação e co-responsabilidade.
Moraes; Irving; Mendonça (2018)	• Manifestações culturais junto aos atrativos naturais; • Encontros interculturais; • Resistência cultural e política locais.

FONTE: A autora (2024).

A partir dos autores citados, pode-se ter um panorama acerca do TBC enquanto prática e/ou modelo de turismo que não está restrito à uma regra ou diretriz engessada. Nota-se a partir dos princípios apontados pelos autores que o TBC implica em experiências integradas à realidade (visitantes e visitados), dotada de valores e condutas culturais e políticas. A contribuição dos autores permitiu a construção da base desse projeto, para que o conceito de TBC fosse compreendido, junto à sua contextualização de origem. A partir disso, nos demais capítulos esses autores servirão para a etapa seguinte da pesquisa, no que diz respeito à análise de dados, por exemplo.

Pode-se pensar portanto que o TBC é um outro turismo, dotado de características próprias, a partir das redes em que geralmente ele ocorre; é necessário compreendê-lo fora da lógica do capitalismo, pois ele opera a partir de outros valores e sistematizações (organizacionais e de valores). Nota-se a partir da literatura que o TBC acontece em diversos contextos sem perder as especificidades do local onde ele ocorre.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo geral da pesquisa que é: analisar na comunidade pesquisada os conceitos e princípios do TBC a partir da literatura utilizada, a estrutura e execução foram amparadas em alguns procedimentos metodológicos para darem suporte à resposta à pergunta: essas características encontradas (e selecionadas) na literatura científica ocorrem na comunidade a ser pesquisada?

Para execução da pesquisa escolheu-se uma combinação de procedimentos metodológicos como: pesquisa bibliográfica (Thiollent, 2011), pesquisa exploratória (Gil, 2007) e etnografia (Geertz, 2008), sendo esta última apenas como recurso de apoio para observação e escrita durante a etapa da saída de campo deste Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo (PPGT II). Dentro da pesquisa-ação, Thiollent (2011) aponta a pesquisa bibliográfica como etapa fundamental para a pesquisa-ação, pois é na pesquisa bibliográfica que o problema da pesquisa encontra as fontes para contextualização do problema de pesquisa e embasamento teórico.

Para discutir o conceito e os princípios de TBC presentes na literatura de Turismo no cenário nacional, que diz respeito ao objetivo específico 1, foi necessário o levantamento bibliográfico, com as palavras-chaves “turismo de base comunitária”, “turismo comunitário” e “redes” a partir de sites de artigos, sendo consultados:

- Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes);
- Portal da Scielo Brasil (Scientific Electronic Library Online);
- Site da Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal (Redalyc);
- Sites oficiais nacionais e internacionais (Ministérios do Turismo, do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes da Biodiversidade, Organização Mundial do Turismo, entre outros).

A partir da seleção e leitura, extraíram-se as contribuições dos autores para embasamento do capítulo do marco teórico e a produção do QUADRO 2. O objetivo 2, que se referiu a analisar uma comunidade do Litoral do Paraná a partir dos princípios de TBC, e foi necessário uma pesquisa descritiva; de acordo com Gil (2007), este tipo de pesquisa permite que o tema escolhido seja amplamente investigado, com o intuito de conhecer profundamente o tema a partir do que se tem

produzido sobre. Para ele, a revisão bibliográfica, o uso de entrevistas e estudos de caso permitem uma amplitude no olhar acerca do tema a ser pesquisado.

A partir das leituras e síntese dos princípios de TBC, apontados no QUADRO 1, criou-se as seguintes categorias de análise para uso posterior ao campo e coleta de entrevistas (QUADRO 2). Serão elas:

QUADRO 2 – CATEGORIAS DE ANÁLISE DO CAMPO.

Palavra-chave da categoria	Justificativa
Identidade	Observar se há menção aos modos de vida tradicionais em termos culturais e autenticidade.
Renda	Compreender a relação da atividade turística com desenvolvimento econômico e social.
Gestão coletiva	Entender se há característica de trabalho em rede, cooperativo ou afim.
Meio ambiente	Perceber se há relação com preservação e sustentabilidade.

FONTE: A autora (2024).

Escolheu-se a observação de caráter participante como abordagem complementar para a descrição e análise do campo estudado. A comunidade escolhida foi feita a partir da indicação de informante-chave e a descrição dessa etapa está melhor apresentada no capítulo seguinte, o 4. Análise dos Resultados da Pesquisa.

A análise foi realizada por meio de observação participante a partir de pesquisa exploratória e etnografia (Gil, 2007; Geertz, 2008) junto ao quadro-síntese dos princípios do TBC (QUADRO 1) associados às categorias de análise, citados na página anterior. A observação participante implicou em uma abordagem de campo por meio de entrevistas semi estruturadas (Gil, 2007) e as perguntas se baseiam nas categorias de análise apresentadas no QUADRO 2. Para isso, foi feita uma amostra intencional (não aleatória), a partir da entrevista com dois participantes: Vanderleia e Valdo, anfitriões que participam da rede de anfitriões do litoral do Paraná e oferecem experiências de turismo de base comunitária na região da baía de Guaratuba.

Foram feitas duas saídas de campo: deslocamento até o local onde os anfitriões oferecem suas experiências de Turismo de Base Comunitária. Na primeira saída de campo, o encontro foi com a Vanderleia, farinheira que oferece uma visita na casa de farinha em sua propriedade e também uma trilha guiada até o cume do morro do Cabaraquara com almoço, na região da vila do Cabaraquara, em outubro de 2024. Na ocasião, foi feita uma visita à casa de farinha, entrevista e almoço. A

segunda saída de campo foi encontrar com o anfitrião Valdo, da comunidade do Parati, que oferece trilha até o Salto Parati. Foi feito o passeio e a entrevista e em seguida o almoço oferecido por ele em sua casa, no início de novembro de 2024. Ambos encontros ocorreram em um único dia de final de semana (um domingo e um sábado).

A intenção da abordagem investigativa se orientou para compreender os elementos do particular para o geral¹⁴. As perguntas foram delineadas a partir da história dos atores envolvidos com TBC (entrevistados) a partir da trajetória de vida e relação com a Rede de Anfitriões, para analisar junto à categoria “identidade”. Para a categoria “gestão coletiva” as perguntas se direcionaram para as relações com os vizinhos/comunidade, com os demais participantes da Rede Anfitriões, e sobre as relações com os visitantes/turistas e também sobre o envolvimento de atores nas tomadas de decisões relacionadas à prática turística na região, sobre possíveis conflitos ou desencontros de expectativas e formato de soluções. Em relação à categoria “renda”, as perguntas foram direcionadas para aspectos sobre a relação com a atividade turística, o uso/destino da renda gerada e desdobramentos (passado, presente e futuro - expectativas) e como o ator se relaciona com o turismo e com o turista. E por fim, em relação à categoria “meio ambiente”, as perguntas procuraram ouvir/compreender sobre a relação dos atores em integração ao local onde moram e os impactos percebidos na região a partir de movimentações do turismo na região (gestão de resíduos, controle de fluxo turístico, preocupação com a população local que não trabalha com turismo, etc).

E por fim, o último objetivo específico 3, que compreende “definir um projeto de turismo (produto) a ser entregue às comunidades”, esteve baseado em algumas características de pesquisa-ação, a partir do que o campo trouxe como demanda para que a proposta de produto estivesse de acordo com as respostas e retornos coletados e analisados a partir do objetivo anterior. Ou seja, o desenvolvimento do produto ocorreu a partir do que a pesquisadora observou e escutou na etapa do campo.

Acerca dos tipos de pesquisa, as técnicas dizem respeito a instrumentos de apoio para a execução. Nesse caso, foi utilizado um roteiro de perguntas semi-estruturadas para as entrevistas. A coleta de dados foi feita por meio de recursos humanos (pesquisadora e entrevistados, registro de fotos e gravação de

¹⁴ Levantamento de informações realizado em 8 de outubro de 2024.

voz) e recursos materiais e financeiros: viagens para campo para observação, coleta de dados, estudo do caso e proposta de produto.

Essas ferramentas metodológicas foram utilizadas principalmente para viabilizar o objetivo geral da pesquisa, o qual se apresenta em compreender o conceito e os princípios de TBC presentes na literatura de turismo e analisá-los na comunidade escolhida e o primeiro objetivo específico, o qual buscou discutir o conceito e os princípios de TBC presentes na literatura de turismo no cenário nacional. Essa análise foi feita a partir do que se apresentou no marco teórico junto ao QUADRO 1.

Abaixo, no QUADRO 3, há uma sistematização das características de pesquisa que foram utilizadas, com base nos objetivos específicos, técnicas de pesquisa, fonte de dados, instrumentos e, também, a análise e interpretação utilizados neste projeto.

QUADRO 3 – CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA POR OBJETIVOS ESPECÍFICOS.

Objetivos específicos	Técnica de pesquisa	Fonte de dados	Instrumento	Análise e interpretação
Discutir o conceito e os princípios de TBC presentes na literatura de turismo no cenário nacional.	Revisão bibliográfica.	Secundários	Repositórios online: Portal da Capes, Scielo, Redalyc, sites oficiais nacionais e internacionais (MTUR, MMA, ICMBio, OMT).	Construção do marco teórico.
Analisar uma comunidade do Litoral do Paraná a partir dos princípios de TBC.	Pesquisa exploratória, revisão bibliográfica, etnografia e observação participante.	Secundários e primários.	Literatura, entrevista semi estruturada roteiro de perguntas + gravador no celular) para coleta, sistematização e análise de dados (QUADRO 2)	Construção do marco teórico, descrição e análise do campo e argumentação para o produto.
Definir um projeto de turismo (produto) a ser entregue às comunidades com base em pesquisa-ação.	Pesquisa-ação.	Secundários e primários.	Análise dos resultados.	Produto.

FONTE: A autora (2024).

Na pesquisa optou-se por utilizar diferentes métodos para responder aos objetivos geral e específicos, com o intuito de abranger as possibilidades que os procedimentos metodológicos asseguram para que os resultados pudessem ser alcançados e por entender que a observação participante apresenta o campo de pesquisa como processo e não como dado pré-estabelecido.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo serão apresentados os resultados finais deste projeto, com base na pesquisa de campo realizada. Os resultados apresentados a seguir, possibilitam o alcance do objetivo geral deste trabalho.

4.1 CAMPO E OBJETO PESQUISADO: O TBC NO LITORAL DO PARANÁ VIA REDE ANFITRIÕES

O TBC no litoral do Paraná, é representado por três associações, são elas: a Rede Caiçara, em Paranaguá, formada em 2013, o Grupo Guarapés, em Guaratuba, formado em 2016, e o Grupo Guaraguatá, o qual foi formado em 2018, na região do município de Guaraqueçaba (Cabral; Teixeira Junior, 2020). Entre as atividades turísticas presentes na região, têm-se a oferta, principalmente, de experiências relacionadas à alimentação e culinária caiçara, práticas de ecoturismo, como trilhas e passeios contemplativos da natureza, e associadas à visita em comunidades.

No ano de 2018, a Rede de Turismo de Base Comunitária Anfitriões do Litoral do Paraná foi fundada como fruto de um projeto de extensão¹⁵ da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, coordenado pela professora Beatriz L. F. Cabral e existente desde 2014, com o objetivo de fomentar o TBC na região litorânea paranaense. De acordo com Souza (2020), havia também como propósito com o projeto de extensão, os seguintes pontos relacionados ao Turismo de Base Comunitária no litoral: a promoção da gestão democrática, na qual ações que visavam o desenvolvimento da autogestão daqueles que ofertam seus roteiros e serviços; o incentivo educativo para geração de renda para aqueles que trabalham com o turismo, tanto de forma direta, como os serviços, quanto indireta, como por meio da pesca e agricultura, por exemplo, além do incentivo de inovação no turismo regional a partir de parcerias em localidades com pouca oferta e variedade de viagens na região. De acordo com autor (Souza, 2020), a Rede Anfitriões conta com

¹⁵ Atualmente Felipe é o responsável pela manutenção do perfil da Rede Anfitriões na rede social Instagram (perfil: @redeanfitrioestbc), é ele, por exemplo, que responde as mensagens que chegam com dúvidas ou para agendamentos e faz essa mediação entre o que chega pela rede social e encaminha para o Anfitrião, de forma voluntária. Cabe citar que a Rede Anfitriões do Litoral do Paraná não é a mesma que a Rede Caiçara. A Rede Caiçara faz parte da compensação aos impactos da obra de ampliação do Cais Leste do Programa de Educação Ambiental do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), que se iniciou em em janeiro de 2013. Fonte: <https://redecaicara.wordpress.com/>.

identidade visual, redes sociais ativas, material de divulgação, anfitriões capacitados, e roteiros estruturados.

Tal objetivo e demais aspectos, de acordo com Souza (2020), seguem nos demais projetos de extensão até o presente. Entre 2014 a 2020 três cursos de extensão¹⁶ foram ministrados de forma itinerante com o intuito de qualificar serviços turísticos, valorizar a cultura local e promover trocas culturais e encontros comunitários.

A composição desta Rede de Anfitriões conta com a participação 15 comunidades, a partir de anfitriões que estão localizados em quatro municípios diferentes: Guaraqueçaba (Pedra Chata, centro Guaraqueçaba, Costão, Almeida, Ilha Rasa, Poruquara, Barbados, Barra do Ararapira), Paranaguá (Ilha do Mel, Ilha de Valadares), Pontal do Paraná (Guaraguaçu) e Guaratuba (Parati, Cabaraquara, Porto de Passagem e Caieiras).

O perfil no instagram da Rede Anfitriões (@redeanfitrioestbc) que existe desde 2019, apresenta 143 publicações, possui 763 seguidores e segue 461¹⁷. Nas publicações é possível conhecer alguns anfitriões e seus serviços prestados e fazer contato para visitá-los. Pode ser feito o agendamento direto com o anfitrião quando a informação de seu contato está publicada ou mandar mensagem na rede de forma privada e solicitar agendamento e informações, por exemplo.

A comunidade foi escolhida a partir da conversa com o informante-chave Felipe Souza, que participou de projetos de extensão pela UFPR Litoral junto ao desenvolvimento da Rede Anfitriões. Fez-se contato online, via *Google meet*, com Felipe em que foi marcada uma reunião online. Felipe é residente de Matinhos, no litoral do Paraná, e foi procurado devido ao seu histórico de trabalho na região com TBC (diagnósticos e projetos relacionados à TBC na região), além atuar junto com a Rede Anfitriões¹⁸. O mesmo também é turismólogo e mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável e participa de projetos de extensão relacionados ao fomento e fortalecimento do TBC no litoral do Paraná pela UFPR desde 2017.

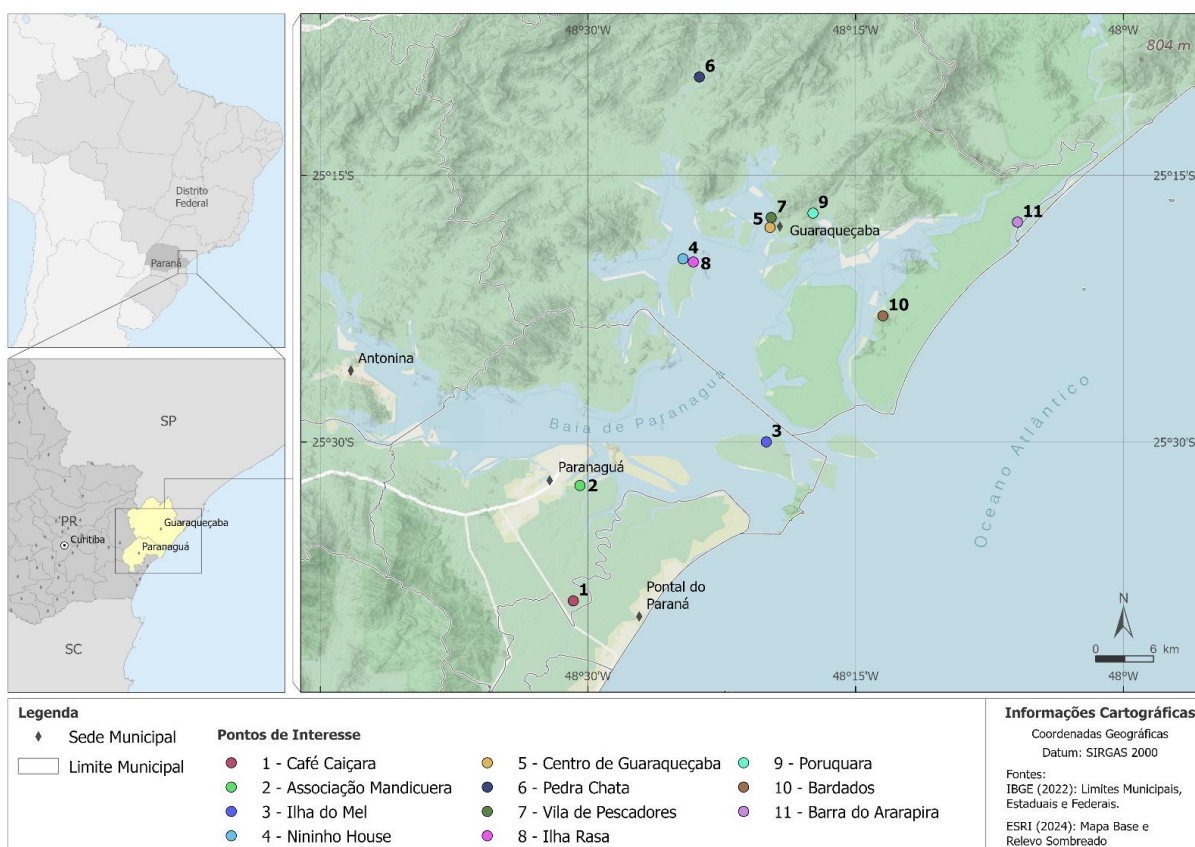
¹⁶ Vide ANEXO B.

¹⁷ Pesca rodada é a pesca que leva os peixes pescados para consumo (diferente da popular esportiva, quando se devolve à água).

¹⁸ As unidades de conservação e parques da região de Guaratuba, no Paraná, são: Parque Nacional Saint Hilaire/Lange, Parque Estadual do Boguaçu, Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba, Refúgio da Vida Silvestre dos Guarás. Fonte: ISA: <https://uc.socioambiental.org/arp/1184>.

Na ocasião de nossa conversa online, Felipe falou um pouco sobre o envolvimento dele com os projetos de extensão junto à UFPR e sobre sua pesquisa de Mestrado (a dissertação está em processo de publicação), mostrou o mapeamento das localidades dos anfitriões, que trouxe maior clareza para a minha pesquisa. A partir das informações que ele trouxe acerca da rede de anfitriões, fomos observando quais eram as possibilidades para fazer campo dentro de um tempo reduzido e considerando também a curta dimensão desse PPGT, além da logística de deslocamento e acesso, e a necessidade de um financiamento próprio de baixo custo para execução *in loco*.

FIGURA 1 – MAPA DAS LOCALIDADES NO LITORAL DO PARANÁ COM A PRESENÇA DE ANFITRIÕES DA REDE.



Fonte: Elaborado por Aline Vörös e Henrique Ramos (2024), com base em Souza (2020).

Como mencionado anteriormente, a rede de anfitriões está distribuída em quatro municípios e em cada um destes, alguns anfitriões estão presentes. No município de Paranaguá, tem a presença do TBC a partir da Associação de Cultura Popular Mandicuera, na Ilha dos Valadares, que divulgam a cultura caiçara e do Fandango Caiçara e na Ilha do Mel, com a Festa da Tainha, que ocorre geralmente nos meses de inverno, e este ano esteve em sua 30ª edição e aconteceu durante o

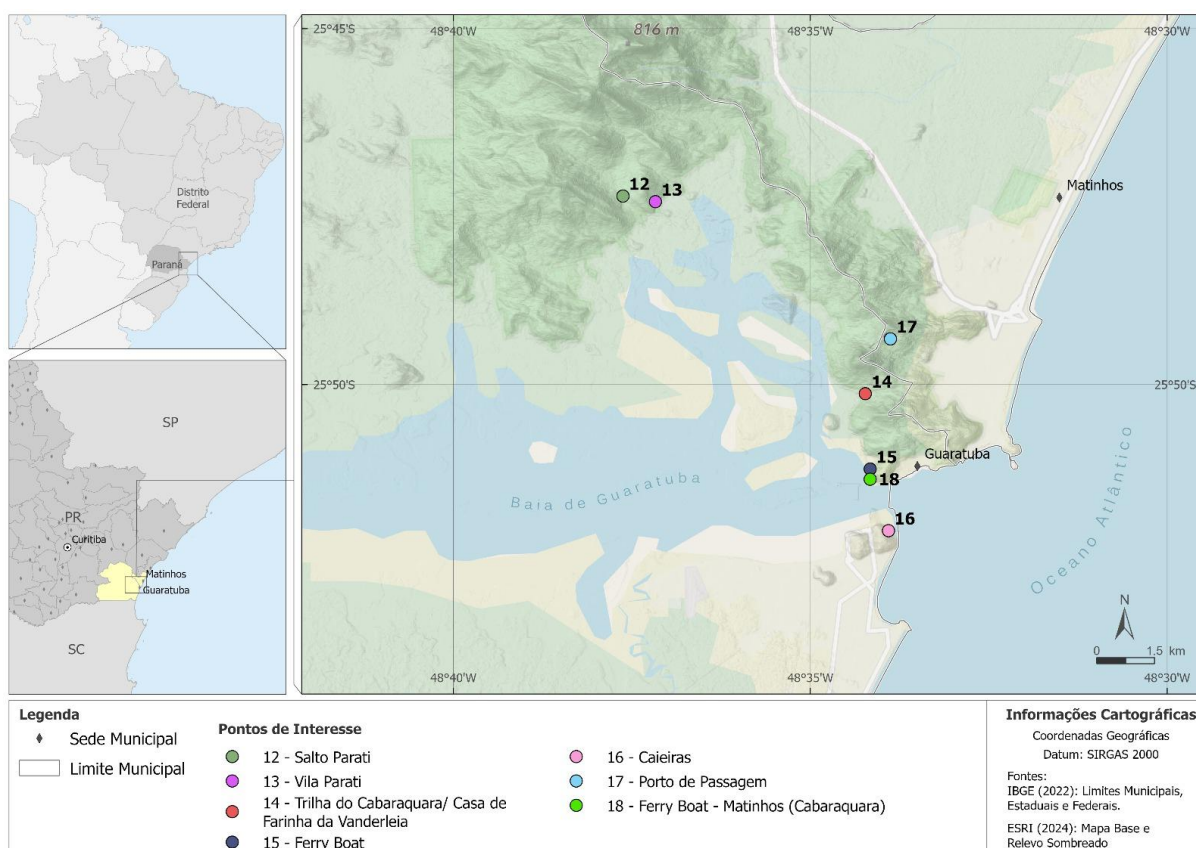
mês de julho. Além dessa, na Ilha do Mel tem TBC oferecido pelo Maninho, guia e morador local, sobre saberes da região e contemplação da paisagem.

Em Guaraqueçaba, o TBC possui mais opções de roteiros e as comunidades estão mais ativas, de acordo com Felipe. São experiências de hospedagem, alimentação e cultura e contemplação e estão presentes no centro da cidade e nas comunidades: Pedra Chata, Costão, Almeida (essas com visita guiada em passeio de barco), na Ilha Rasa, tem a Nininho House, com roteiros mais estruturados com a combinação de gastronomia, passeios guiados na região com hospedagem. Além deste, em Poruquara e Barbados, o passeio é composto pela visita guiada e alimentação e por fim, na Barra do Ararapira, é possível conhecer a associação de mulheres catadoras de cataia, uma planta conhecida e popular na cultura caiçara por suas propriedades medicinais.

Em Pontal do Sul, na comunidade do Guaraguaçu, a Dona Conceição é a anfitriã que oferece um “Café Caiçara”, um passeio gastronômico. Na região do município de Guaratuba, os anfitriões estão em algumas regiões: Caieiras, Porto de Passagem, Parati e Cabaraquara. Em Caieiras, há um anfitrião que faz passeio de barco associado à educação ambiental. Em Porto de Passagem, há um anfitrião, Senhor Haroldo, que é o último barqueiro construtor de canoa caiçara, feita de um único tronco de árvore nativa, e com ele é feita uma roda de conversa sobre seu ofício e sua vida e servido um almoço. No Parati, existe outro barqueiro que faz passeio de barco guiado, levando até a cachoeira do Salto Parati com almoço incluso. E no Cabaraquara é o roteiro gastronômico, no qual tem o “Belém” que serve ostra e a Vanderleia, a última farinheira da região, que apresenta sua casa de farinha, seu marido Denilson guia a trilha, é feita roda de conversa sobre a região e modo de vida e servido o almoço vegetariano na casa dela.

Dentre as comunidades, a Vila do Cabaraquara, no município de Guaratuba, foi a comunidade escolhida para a execução desta pesquisa. A escolha foi feita a partir das indicações do Felipe junto à viabilidade de acesso à comunidade em termos de deslocamento, logística e tempo de execução para este trabalho associado ao interesse pessoal pelos tipos de turismo praticados ali.

FIGURA 2 – MAPA DA REGIÃO DOS ANFITRIÕES ENTREVISTADOS.



Fonte: Elaborado por Aline Vörös e Henrique Ramos (2024), com base em Souza (2020).

A Vila do Cabaraquara faz parte da Baía de Guaratuba, no município homônimo. A cidade de Guaratuba está a 120 km de distância da capital paranaense Curitiba, seu território abrange 1.326,670 km² e a população é composta por 42.062 habitantes, com índice IDH 0.177, de acordo com o último Censo (IBGE 2022). Nessa região, de acordo com Cabral (2015), na década de 1970, o aumento da população em transição do meio rural para o urbano foi notável. De acordo com a autora, as movimentações nas comunidades da Baía são marcadas por êxodo rural, moradores de classe média com interesse em turismo (construção de pousadas, restaurantes) e migrações entre comunidades. Os casamentos e o trabalho predominam entre os motivos atuais que influenciam o fluxo das migrações (CABRAL, 2015).

Até a década de 1970, a população da região tinha como fonte de renda predominante a combinação da agricultura com a pesca e o extrativismo florestal. No final da década de 1980, as migrações para Cabaraquara ocorreram principalmente devido ao acesso e infraestrutura de mobilidade e também impulsionadas por restrições ambientais, que fizeram com que os moradores

tivessem que deixar seu lugar de origem. Posteriormente, entre os anos 1990 e 2000, as migrações na região foram impulsionadas por restrições ambientais (CABRAL, 2015).

4.1.1 Vanderleia Alves: Anfitriã no Cabaraquara

A primeira entrevistada foi a anfitriã Vanderleia, com quem conversou-se durante uma parte de um domingo, no início de outubro, e conheci um pouco sobre sua vida e local onde mora e trabalha. Farinheira, Vanderleia foi morar na região do Cabaraquara há 31 anos atrás porque se casou com Denilson, morador do local, ela não falou a idade, mas tem entre 42 a 45 anos. A anfitriã veio de um bairro “mais afastado”, como disse quando perguntada sobre sua origem.

Comentou que atualmente é a única farinheira da região, aprendeu o ofício com a família do marido, e que antigamente tinham mais onze farinheiras na região do Cabaraquara, mas que pararam de fazer, pois mudaram de endereço ou pararam com o trabalho. Ela trabalha com a casa de farinha e também na roça. Tem três filhos adultos que moram em outras regiões e cidades; mora com o marido, em terreno próprio com área de roça e são vizinhos do sogro dela. Vanderleia comentou sobre alguns aspectos pessoais de sua vida de forma espontânea e também sobre a amizade que construiu com “o pessoal da universidade” (da UFPR Litoral, por conta da Rede de Anfitriões).

Ao observar o que ela oferece, identificou-se que, com agendamento prévio, é possível conhecer o processo de feitiço de farinha de mandioca na “Casa de Farinha”, cerca de duas vezes por mês ela faz o processo completo desde a colheita até o término do processo de produção. Ela recebe frequentemente visita de escolas da região e estudantes e professores universitários; além da Casa de Farinha, ela oferece junto ao marido, que atua como guia, uma roda de conversa, seguida por uma trilha guiada até o cume do Morro do Cabaraquara e no retorno, um almoço vegetariano incluso. Faz com grupos de no mínimo 10 pessoas, sempre com agendamento prévio.

4.1.2 Valdo Amorim: Anfitrião na Comunidade Parati

O outro entrevistado foi o anfitrião Gedivaldo, que se apresenta como Valdo e é conhecido assim na região. Agendou-se o passeio oferecido pelo mesmo e realizada a entrevista ao longo do trajeto para conhecer um pouco sobre a vida dele e ao mesmo tempo o serviço turístico que ele oferta. Ele tem 42 anos, mora na Comunidade do Parati com duas filhas, é separado e a mãe mora em uma casa próxima, nasceu em Guaratuba (cidade) e sua família veio de um bairro “mais distante”.

Valdo vive do turismo no período de alta temporada (dezembro a fevereiro) e na baixa faz trabalhos como roçado e afins. Possui experiência com turismo e afirmou que é o que gosta de fazer. Participou do projeto de extensão da rede Anfitriões, e está terminando o curso de Licenciatura em Educação do Campo em Ciências Naturais. Sua intenção é agregar o conhecimento do curso para seu serviço de guia, como um educador ambiental, pelo viés da educação informal. Também mencionou que faz parte da Associação Comunitária da Comunidade Parati como tesoureiro e que é um líder comunitário e que participa e representa a comunidade quanto necessário.

Sobre o que oferece, o anfitrião tem um barco e leva turistas que querem pescar na região para a “pesca rodada¹⁹” e o passeio de barco com a trilha até o salto do Parati, que fica na comunidade onde ele mora. Nesse passeio ele indica também o almoço, que pode ser encomendado para outra anfitriã que ele indica ou por ele mesmo, na figura das suas duas filhas que executam, enquanto ele guia o passeio. Além desses dois serviços, recentemente começou a fazer o passeio de barco para a observação da revoada dos Guará (*Eudocimus ruber*), na região.

4.1.3 Vila do Cabaraquara: Uma Análise dos Princípios de TBC

A partir do encontro com os entrevistados e suas falas, nota-se que no local pesquisado o turismo comunitário não se propõe enquanto atividade principal, mas paralela e/ou sazonal; não há uma criação de demanda a partir de oferta constante, como no caso do turismo convencional pois sua proposta não está dentro da mesma lógica; além disso, estaria em desencontro à realidade local - geralmente em locais onde a população vive de subsistência ou de pluriatividades. O turismo comunitário

¹⁹ No caso do Valdo, ele possui um perfil próprio no Instagram e faz sua divulgação de forma autônoma (perfil: @valdo.amorim.1) e também é referenciado no instagram da Rede de Anfitriões.

se insere no contexto socioeconômico local enquanto renda complementar a partir da promoção de experiências relacionadas ao contexto e modo de vida locais, conforme já apontado pelos autores no capítulo em que apresenta-se o marco teórico desta pesquisa.

4.2 DIÁLOGO COM O CAMPO: AS VOZES LOCAIS E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Neste momento, apresenta-se as entrevistas realizadas e separadas por temática para um melhor entendimento, como identidade, renda, gestão coletiva e meio ambiente.

4.2.1 Identidade

Ao trazer a categoria identidade para ser analisada, a expectativa antes do campo seria enxergar, por meio da fala dos entrevistados, a mesma clareza com que a teoria nos convida a pensar sobre o tema. Acontece que a relação “sujeito e o Outro” não ocorre de forma linear ou categórica; é orgânica e pode ser percebida com a metodologia escolhida, que permite o entendimento dessa fluidez; por meio de entrevista semi-estruturada, com o intuito também de compreender que o sujeito que fala de si é o protagonista de sua narrativa. Isso quer dizer que nas falas dos anfitriões entrevistados, Vanderleia e Valdo, suas maneiras de falar “de identidade” trouxeram para essa pesquisa um ponto básico que diz respeito à forma de se estar no mundo.

Ao perguntar/convidar os entrevistados a responderem à reflexão sobre “me conte um pouco da sua vida”, cada qual escolheu livremente o que compartilhar sobre si durante a entrevista. A Vanderleia contou um pouco sobre a vida pessoal e a construção de sua família, como quando foi morar com o marido na comunidade do Cabaraquara, visto que seu marido e família já viviam ali. De forma breve, falou sobre seu trabalho na roça e na casa de farinha; mencionou outros fatos que ocorreram ao longo dos últimos anos (em relação à sua saúde) que a fez pensar sobre a vida e sobre mudar daquele local: “*a terra está cansada*”, ao mencionar que eles fazem o uso da terra para roça há quinze anos, sem intervalo e sem insumos agrotóxicos.

O Valdo, por sua vez, se apresentou associando a resposta com seu trabalho: *“eu trabalho com turismo e gosto muito”* e no decorrer da conversa, ele ponderou sobre o equilíbrio necessário para trabalhar e viver do turismo: *“(...) na baixa temporada, só a pesca como turismo [leva turistas para pescar] e faço outros trabalhos como fonte de renda”*.

A relação desses sujeitos com o turismo, enquanto prática e fonte de renda, é percebida de formas diferentes. Vanderleia fala sobre sua relação com o turismo como um processo de entendimento e valorização de seu local de vida:

[Vanderleia]: (...) É que todo o tempo que eu passei com o turismo foi bom né ...

[Aline]: E essa Rede de Anfitriões: como você vê essa Rede? Como é? O quê é pra você? O que não é? Como já foi...?

[V]: Ele foi.. acho que um socorro, uma esperança que deu para muita gente né? Valorizar o lugar, porque muitas vezes a gente não valoriza. E eu e esse turismo...esse turismo comunitário, ele fez com que a pessoa pudesse enxergar...né... Pode ver que quando a gente tá no lugar [é local/nativo], a gente não consegue ver a beleza que a gente tem. É os outros que vêm e curte e vê. E esse projeto comunitário [da Rede de Anfitriões] fez com que a gente pudesse ver isso: o que a gente tem [de beleza, valor] eles vieram para nos valorizar o que nós temos. E isso foi bom.

Valdo, por sua vez, está mais imerso no turismo por conta de sua trajetória e afirma seu interesse genuíno em trabalhar com turismo. Ele fala sobre ele e sua relação com o turismo a partir de suas escolhas e possibilidades:

[Aline]: Então conta um pouco de você...

[Valdo]: Eu moro na Comunidade Salto Parati faz muitos anos já, tem uns 25 a 30 anos. E sempre gostei da natureza. Já fui trabalhar fora daqui um tempo, mas daí não me adaptei lá, daí voltei daí, criei a experiência e hoje eu trabalho com turismo. Sou autônomo e trabalho com turismo. [...] Ganhei experiência de aventura [desenvolveu com isso algumas características pertinentes: é comunicativo, atencioso e prestativo] em, de trabalhos fora [trabalhou em condomínio em Guaratuba, em peixaria em Pontal do Sul] E daí me preparei para hoje eu viver do que eu gosto: que é o turismo de base. Não só de base comunitária: turismo ecológico, turismo de aventura, eu faço esse tipo de turismo, não só o de base comunitária.

O que pode-se trazer aqui em diálogo com os autores, é apontado por Irving (2009) sobre a complexidade contemporânea do lugar turístico que está dentro de um espaço mais amplo, que envolvem características naturais (temporadas, épocas e marés, neste caso) e socioculturais - a dinâmica de vida local das pessoas que trabalham com mas não vivem do turismo (direta e exclusivamente).

4.2.2 Renda

Em relação à renda, enquanto categoria de análise, os entrevistados se diferenciam da seguinte forma: Vanderleia vive da roça, para subsistência e da produção de farinha para comercialização na região. Valdo vive totalmente do turismo na alta temporada (entre dezembro a março) e complementa renda na baixa temporada com roçada e acompanhamento de turistas em pescarias.

No contexto da Vanderleia, o turismo é uma renda complementar e acontece de forma esporádica, a partir de recomendações que fazem contato com ela. Ela menciona que recebe principalmente escolas da região ou estudantes universitários. A renda que vem do turismo é do almoço oferecido como item incluso no passeio da trilha até o cume do morro do Cabaraquara ou contribuições espontâneas quando a visitação é somente para conhecer a Casa de Farinha. Não há um espaço direcionado para visitação, como um receptivo ou algo. A Casa de Farinha fica ao lado da casa onde mora e o almoço é preparado por ela e servido em sua cozinha.

Para Valdo, o turismo é a fonte principal de renda e é nos meses de alta temporada que ele trabalha diariamente recebendo turistas. Ele oferece principalmente: barco e acompanhamento para pesca na região da Baía de Guaratuba, passeio de barco com trilha - até o Salto Parati - e almoço na Comunidade do Parati e um roteiro recém desenvolvido para o avistamento de Gá (*Eudocimus ruber*) na mesma região.

Pode-se, portanto, reiterar o que Sampaio (2008) apontou em relação às iniciativas de turismo comunitário em regiões próximas a espaços naturais (como as Unidades de Conservação e parques²⁰) que já pressupõe um plano de manejo e projetos associados à visitasões. O que a Vanderleia oferece dialoga com o que os autores citados nesse trabalho apontam acerca das experiências culturais e sobre o modo de vida local enquanto experiência turística em países que apresentam grandes diferenças na distribuição de renda e baixo nível de escolaridade, como no caso da América Latina.

Outro fator que merece destaque em relação à renda em diálogo com os autores apresentados no marco teórico, é a gestão local da renda recebida: o que é

²⁰ Embora o WhatsApp não seja uma rede social, na fala dos entrevistados, eles indicam desta forma, provavelmente por entenderem que ambas ferramentas têm a ver com divulgação e comunicação para o TBC.

recebido, fica na comunidade. No caso dessa pesquisa, os anfitriões atuam de forma independente em termos de execução e renda recebida. Não há intermediação e a renda fica na comunidade, para o anfitrião, e isso se conecta com apontamentos na categoria seguinte, gestão coletiva.

4.2.3 Gestão Coletiva

Em relação à gestão coletiva, o que pode-se destacar, a partir da fala dos entrevistados, é a relação de pertencimento na Rede Anfitriões do Litoral. Vale o destaque das falas da Vanderleia e do Valdo quando perguntados sobre o turismo na época da pandemia da COVID-19, no período entre 2020-2022. Ambos mencionam, à sua maneira, a importância da relação com a Rede de Anfitriões do Litoral do Paraná.

Na fala da Vanderleia, o TBC no período da pandemia surge como um “socorro”, como já transcrita a fala da entrevistada na categoria anterior (renda), ela comenta sobre a experiência com o turismo e a valorização do seu local e modo de vida junto ao movimento construído junto à Rede de Anfitriões:

[Vanderleia]: (...) É que todo o tempo que eu passei com o turismo foi bom né ...

[Aline]: E essa Rede de Anfitriões: como você vê essa Rede? Como é? O quê é pra você? O que não é? Como já foi...?

[V]: Ele foi.. acho que um socorro, uma esperança que deu para muita gente né? Valorizar o lugar, porque muitas vezes a gente não valoriza. E eu e esse turismo...esse turismo comunitário, ele fez com que a pessoa pudesse enxergar...né... Pode ver que quando a gente tá no lugar [é local/nativo], a gente não consegue ver a beleza que a gente tem. É os outros que vêm e curte e vê. E esse projeto comunitário [da Rede de Anfitriões] fez com que a gente pudesse ver isso: o que a gente tem [de beleza, valor] eles vieram para nos valorizar o que nós temos. E isso foi bom.

[A]: Você percebeu isso?

[V]: Sim...

[A]: Percebeu em você, na tua ...[Rede]?

[V]: Todos [da rede] [risos]. Porque isso é normal no ser humano. Ele nunca... às vezes ele tira foto: “ai que lugar bonito”, mas ele não vê que o lugar dele às vezes tem um lugar... às vezes até mais bonito [do que o lugar em que foi passear, viajar] [risos] Ele não usufrui daquilo [onde mora] vai usufruir lá não sei aonde. [risos]

Já na fala do Valdo, a divulgação do turismo²¹ é o que também ajuda no movimento turístico:

²¹ Fonte ONU Brasil: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

[Aline]: E tem bastante movimento de turismo aqui?

[Valdo]: Na temporada sim, mês de Dezembro, Dezembro e Janeiro e Fevereiro é os meses mais procurado. A gente tem que ter agendamento. Serão a gente não...o pessoal fica ... [sem passeio]

[A]: E como que o pessoal chega até vocês?

[V]: Por rede WhatsApp né? Instagram, WhatsApp, divulgação assim, que a gente leva um pessoal daí ... e por boca-a-boca [indicação pessoal e espontânea] também do povo que vem, né? A gente faz a intermédio do Instagram, postagem né? [Por] Que eu, eu geralmente, eu, posto lá [e] o pessoal: “que legal, daí já [pergunta] onde que fica isso? Ah, quero fazer com as minhas amigas...”

[A]: Ô Valdo, e essa coisa do Instagram, das redes [sociais]: como é que...como é que começou isso? Quem que cuida?

[V]: É, não tem um pessoal lá do do projeto lá que estava administrando a parte do Instagram do nosso grupo lá.

A partir da fala dos entrevistados anfitriões do TBC, a categoria de gestão coletiva é percebida como um espaço de trocas de saberes e indicações para o fomento do turismo local e principalmente ilustrada por meio das redes sociais, como Instagram e Whatsapp²². Por outro lado, nota-se que, como não teve um momento adequado para aprofundar nas entrevistas sobre as fases da Rede de Anfitriões e toda a complexidade que o porte desse projeto possuiu na época - e ainda possui na atualidade - , podem aparecer outros elementos em um momento de maior profundidade no que diz respeito à gestão coletiva, indicado e percebido nas falas sobre trocas de informações, indicações e ajuda (cooperação). E isso vai ao encontro do que Grim e Sampaio (2011) citam acerca da ética e princípios desenvolvidos entre os sujeitos que participam de um mesmo grupo de práticas turísticas, como a Rede, como mencionado no tópico 2 desta pesquisa.

Além disso, cabe citar que a gestão das redes sociais e espaços de trocas (instagram da Rede de Anfitriões) é mediado pela UFPR Litoral, ator importante para o funcionamento/manutenção da rede anfitriões

O que podemos pensar nesse aspecto sobre a gestão é sobre a fragilidade na dependência de assistência técnica, um aspecto que tensiona os pressupostos e tendências sobre a organização do turismo comunitario apontado por Irving (2009) sobre a coesão e laço social enquanto base da coletividade daquele local/grupo social.

²² Fonte: ICMBIO. **Parna de Saint-Hilaire/Lange**. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-de-saint-hilaire-lange>. Acesso em: 15 nov. 2024.

4.2.4 Meio Ambiente

Em relação ao meio ambiente, é a categoria mais complexa de ser abordada em uma pesquisa de curta duração, mas que pode ser percebida de forma sutil em alguns momentos das entrevistas com ambos anfitriões de suas relações com as áreas em que vivem. A natureza é um recurso direto de fonte de renda, seja por meio de roça, como na vida de Vanderleia, seja como paisagem natural para o turismo, que predomina na vida do Valdo, enquanto recurso sazonal.

Vanderleia, ao ser perguntada sobre perspectivas de futuro, disse que o futuro que ela deseja é se mudar para outro lugar com terra mais plana, que exige menos esforço para o plantio da roça e também porque onde moram, “a terra está cansada”, disse, pois seguem o plantio ininterrupto há quinze anos sem intervalo e sem uso de insumos que não naturais/orgânicos.

Valdo traz na sua fala sobre a trajetória profissional que está desenvolvendo como guia e condutor em áreas naturais, além da sua formação, em andamento, em licenciatura em ciências naturais pelo curso Educação do Campo (UFPR Litoral) mas que não quer trabalhar em sala de aula, mas com “educação informal, ambiental, aqui na natureza”, disse. Ele também mencionou que está inscrito para dois cursos previstos para o mês de novembro de 2024, um sobre organização e planejamento de turismo, ofertado pelo SENAC com duração 40h, e outro para credenciamento para condução de visitantes no Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, promovido pelo ICMBio com duração 12h, e que acompanha um guia que faz cursos e treinamentos na região de sobrevivência e primeiros socorros em áreas naturais.

Cabe citar que a relação dos entrevistados com o meio ambiente é permeada por aspectos fundiários que dizem respeito às áreas de Unidades de Conservação: a região da Baía de Guaratuba é composta por grande Área de Proteção Ambiental (APA), criada em 1992. Em 2001²³, ao norte, é criado o Parque Nacional Saint Hilaire/Lange, com cerca de 200 mil hectares, e ao sul, o Parque Estadual do Biguaçu²⁴, criado em 1998 e com atualização de limite de área de 6.052 hectares

²³ Parque Estadual do Biguaçu: <https://uc.socioambiental.org/en/arp/2436>

²⁴ Fonte: BRASIL. Lei complementar nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: Governo Federal: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm. Acesso em: 15 nov. 2024.

para 6.660,6415 há. em 2002. De acordo com o ICMBio, o objetivo básico das unidades de conservação (UC) representadas pelos Parques Nacionais (PARNA) diz respeito à conservação da natureza com interação humana, visto que

a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (...) (Brasil, 2000²⁵).

Isso implica em dizer que ambos anfitriões oferecem a natureza enquanto produto/roteiro turístico: A trilha ao morro do Cabaraquara, ofertada pela Vanderleia, e pelo Valdo, o passeio de barco e trilha até o Salto Parati, na comunidade do Parati. As questões relacionadas às práticas e possibilidades legais em função das características fundiárias e de legislação da região não foram abordadas durante as entrevistas. Cabe citar apenas que, de acordo com Cabral, sobre o Plano de Conservação e gestão da Baía de Guaratuba, há uma “situação de fragilidade” nos lugares e para com as pessoas (Cabral, 2015, p.36).

²⁵ Ou em lugar próximo, que possua estrutura para a oficina, considerando o número de participantes e a disponibilidade de local apropriado.

5 PROJETO DE TURISMO: PESQUISA-AÇÃO PARA O TBC COM O GRUPO GUARAPÉS, NA BAÍA DE GUARATUBA

A partir do terceiro objetivo específico deste PPGT, (c) “definir um projeto de turismo (produto) a ser entregue às comunidades com base em pesquisa-ação” e junto ao que a metodologia previa, foi a partir da demanda do campo que a proposta de produto se apresenta baixo, baseada nas informações primárias e secundárias, além das etapas cumpridas pelos objetivos anteriores que o amparam, que são, retomando: a) Discutir o conceito e os princípios de TBC presentes na literatura de Turismo no cenário nacional; e objetivo específico b) Analisar uma comunidade do Litoral do Paraná a partir das princípios de TBC.

O produto apresentado a seguir, portanto, é fruto do que foi observado e escutado em campo, por meio de visita in loco e entrevista semi-estruturada associada à análise dos resultados obtidos após o campo.

5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO: OFICINA DE QUALIFICAÇÃO DO PRODUTO TURÍSTICO

A proposta de produto trata-se de uma oficina na comunidade do Parati, que objetiva a qualificação dos produtos turísticos, com abordagem em roteirização turística com foco na programação, por meio da criação de um texto descritivo que apresentará o produto para agências de turismo ou para o consumidor final de forma direta. A execução poderá ser feita por meio de parcerias e/ou prestação de serviços junto a órgãos públicos que atuam na região, como por exemplo ICMBio, Secretarias de Turismo (municipal, estadual), SEBRAE, entre outros. Os custos da oficina seriam direcionados aos que executam (contratante), permitindo o acesso gratuito ao público alvo.

5.1.1 Público-alvo

O público-alvo a ser atraído para a oficina de texto descritivo a ser realizada na comunidade de Parati²⁶, são os anfitriões da rede interessados e também a

²⁶ Fonte: FREIRE, P. **Educação Como Prática da Liberdade**. Ed.: 19, 1989. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

população local que trabalha com Turismo de Base Comunitária. Ambos são potenciais beneficiários deste projeto, visto que podem se ampliar dos ensinamentos propostos, qualificando os serviços na região, aumentando a visibilidade local e estimulando a prática turística comunitária, favorável ao residente e ao visitante.

5.1.2 Objetivos da Oficina

Os objetivos da oficina são norteadores das estratégias de ação com foco nos resultados previstos/propostos. São eles:

Objetivo geral: qualificar os produtos turísticos, com abordagem em roteirização turística com foco na programação

Objetivos específicos:

1. criar um texto descritivo de produto turístico com foco na divulgação para agências e/ou clientes finais;
2. promover o turismo por meio de oferta estruturada a partir das determinações do anfitrião/ator promotor do produto turístico associado aos princípios de TBC, com foco, principalmente, ao respeito ao modo de vida local (identidade) a um valor justo e fixado (renda), ênfase ao coletivo (indicações de parceiros locais sobre alimentação, passeios, hospedagens) (gestão coletiva) e associado às experiências imersivas na natureza (meio ambiente).

5.1.3 Estratégias de Ação

Para o seu andamento e alcance dos objetivos propostos, a oficina contará com conteúdo previamente desenvolvido, carga horária definida, metodologia e recursos metodológicos estruturados, descritas como levantamento de pontos, informações e anotações, disponibilidade de material de apoio e viabilidade em diferentes formatos: finais de semana (8h divididas em 3 partes (2h + 4h + 2h) ou em 2 partes de 4h cada ou em 2 noites (4h + 4h) ou outros. Além de contar com o modelo presencial, pode-se considerar adaptações para modelo híbrido ou inteiramente online. A estratégia se baseia na construção de um texto em conjunto,

para que trocas possam ser realizadas e desperte ainda mais os conhecimentos práticos em equipe.

A oficina atuará inicialmente com a programação base, apresentando o que é um descritivo, para quê serve, visando a reflexão da importância de oferecer tal conhecimento aos turistas, com a finalidade de saberem o que será encontrado. Serão apresentados os elementos do descritivo, bem como o levantamento de pontos importantes sobre o que é oferecido: o passeio e suas características: contexto paisagístico e geográfico (natural e histórico-cultural da região); como é/orientações: duração, grau dificuldade, horários (de saída e chega, de deslocamentos e duração), como chegar, onde estacionar, ponto de encontro e local de embarque e o que trazer; avisos sobre vestimenta (roupas adequadas, calçados adequados) e orientações de conduta, boas práticas e sensibilização para os visitantes em contexto de TBC (respeito à comunidade local sobre interação, não tirar fotos de locais e crianças sem autorização e etc.) e em área natural (cuidados, mosquitos e intempéries); o que levar: água e medicação de uso próprio (repelente para mosquitos e medicação pessoal para alergias, etc.) e por fim, informações de contato, reservas e pagamentos (valores e condições). Produção de texto descritivo (elaboração na prática): a importância de um descritivo e os elementos que o compõem; e sobre divulgação: sistematização e sintetização do texto produzido para redes sociais. Nesta etapa, a programação está prevista em três módulos.

A programação continua a partir do resultado das etapas citadas acima para a composição de imagens, prevista a partir de uma segunda etapa na programação: introdução à fotografia básica, para ilustrar o texto produzido no conteúdo base e produção de material imagético para divulgação nas redes sociais (whatsapp, facebook e instagram). Para a composição de imagens, se prevê os seguintes conteúdos: luz (fotos em dias com sol), composição, enquadramento, formato (retrato, paisagem), elementos (natureza, objeto, equipamentos de segurança, pessoas) com saída fotográfica para prática e produção de imagens. Por fim, será ensinado sobre organização de pasta no celular para divulgação e como compartilhar.

O programa se desenvolve, portanto, em 2 etapas, compostas por seus módulos. Na primeira etapa, a chamada “Programação base”, será composta por 3 módulos. No módulo 1: Organização, a oficina prevê um tempo para o levantamento e organização das informações já existentes e necessárias para compor o material final (texto descritivo); neste módulo, as informações-chave serão o “esqueleto” da estrutura do produto final. No módulo 2, é a produção do texto descritivo, a partir do

que foi levantado e revisto no módulo anterior, com ênfase em uma linguagem lúdica e atrativa do itinerário, abordando aspectos históricos, ambientais, paisagísticos, geográficos, etc., junto a um descritivo sobre “condutas adequadas dos turistas/visitantes”, entendendo a importância do argumento de venda e promoção do produto turístico por meio do envolvimento e conquista. O resultado prevê o texto elaborado em formato final em arquivo em PDF para divulgação. E no módulo 3, o exercício é elaborar uma síntese do conteúdo produzido no módulo anterior para um formato de texto curto, para uso em redes sociais (whatsapp, facebook e instagram).

A segunda etapa da programação, é a etapa de “Composição de imagens”, composta por mais três módulos. O primeiro, introdução à fotografia básica, prevê a abordagem teórica sobre luz, composição, elementos e objetos; o segundo módulo, a prática por meio de uma saída fotográfica a pé, na região (nas proximidades do espaço da oficina), e o terceiro módulo, organização e divulgação, compõem orientações sobre sistematização dos arquivos de imagens no celular e formas de compartilhamento das imagens produzidas.

A carga horária total prevista é de 8 horas na primeira etapa (divididas em 3 encontros: 2h + 4h + 2h, com intervalos de 15 a 30 min) e 4 horas na segunda etapa, com intervalo (15 a 30 min), totalizando 12 horas. Podendo estar concentradas em um único final de semana ou de acordo com a demanda dos inscritos.

A metodologia é dialogada e com conteúdo expositivo em estrutura de roda de conversa com etapas direcionadas, baseada na pesquisa-ação e na palavra geradora (baseada em Paulo Freire²⁷). Os recursos metodológicos preveem um espaço de sala de aula e/ou área similar, com menor interferência externa possível (pessoas, ruídos, distrações), computador + projetor e internet (se possível).

A programação da oficina está estruturada em módulos, divididos em duas etapas. Na primeira etapa, a programação base se apresenta em três módulos, o primeiro organização, no qual se faz o levantamento das informações do produto oferecido pelo anfitrião; no segundo módulo, a elaboração, onde será desenvolvido pelos próprios anfitriões, um texto com as informações levantadas no módulo anterior estabelecendo a formatação do descritivo de caráter publicitário do produto turístico desencadeando no terceiro módulo, de sistematização e síntese, gerando

²⁷ Os cursos de extensão ofertados foram: “Anfitriões da Baía de Guaratuba”, “Anfitriões do Litoral” e “Culinária e Turismo de Base Comunitária”, com carga horária de 120 horas. (Souza, 2020)

uma versão do texto descritivo adaptada para formatos mais curtos, para divulgação rápida em redes sociais: WhatsApp, Facebook e Instagram. Na segunda etapa, está prevista a composição de imagens para descritivo ilustrado, por meio de três módulos. No módulo 1, introdução básica de técnicas de fotografia (com noções preliminares de técnica e composição), no módulo 2, a prática, por meio de saída fotográfica como exercício e produção de materiais/imagens e no módulo 3, sobre a organização e a divulgação do material produzido.

Abaixo, apresenta-se o conteúdo do programa previsto no QUADRO 4:

QUADRO 4 – ESTRUTURA DOS MÓDULOS DA OFICINA DE QUALIFICAÇÃO DO PRODUTO TURÍSTICO

Programação	Módulo	Descrição do conteúdo
Planejamento e elaboração de conteúdo textual	1: Organização	Revisão e Formatação do Produto: levantamento de informações sobre o roteiro: horários, modais, tempo, duração, dificuldades, temporadas, preço e condições de reserva e pagamento. (carga horária: 2h)
	2: Elaboração	Esboço de conteúdo para argumento e promoção do produto: inclusão de informações de serviço/tour levantadas no módulo anterior; Produção de descritivo: um texto lúdico e atrativo, pensado como argumento de venda, com foco nos aspectos gerais sobre história, natureza e cultura da região, ênfase no Turismo Baseado na Comunidade (TBC), incluindo nota sobre condutas adequadas do turista/visitante; Formato final: arquivo em PDF. (carga horária: 4h)
	3: Sistematização/ Síntese	Adaptação do texto descritivo para formatos mais curtos: WhatsApp, Facebook e Instagram. (carga horária: 2h)
Composição de imagens para descritivo ilustrado	1: Fotografia: introdução básica	Luz; composição; enquadramento; formatos (retrato e paisagem); Elementos da composição na prática: natureza, objetos/tema, equipamentos de segurança e pessoas. (carga horária: 1h)
	2: Prática	Saída fotográfica para produção de imagens como exercício de fixação e prática. (carga horária: 2h)
	3: Organização e Divulgação	Construção de acervo: organização de pastas no celular; compartilhamento de imagens. (carga horária: 1h)

FONTE: A autora (2024).

5.1.4 Orçamento do projeto

O custo da oficina é composto pelo valor da hora/aula, recursos, material de apoio, deslocamento (para operar a oficina) e local. A composição do orçamento do

projeto está dividida em recursos humanos, recursos materiais e deslocamento. Foram calculadas duas opções para o deslocamento da proponente²⁸.

O detalhamento apresenta-se no QUADRO 5:

QUADRO 5 – ORÇAMENTO DO PROJETO.

Categoria	Qtd	Custo unidade (R\$)	Descrição	Total previsto (R\$)
Recursos humanos	12	R\$ 20,00	Valor da Hora/aula	R\$ 240,00
Recursos físicos e alimentação	1	identificar locais gratuitos /ou parceiros para reduzir custos	Local para execução da oficina: espaço fechado, de preferência com mesas e cadeiras ou similar	-
	12	R\$ 30,00	Alimentação para participantes da oficina ("coffee break"); preço por pessoa	R\$ 360,00
Materiais de Escritório	1	s/ custo - material próprio da proponente	Computador da Proponente para projeção de apresentação e conteúdo da oficina	-
	1	R\$ 200,00	Aluguel de Projetor	R\$ 200,00
	1 / 500 folhas	R\$ 38,00	Pacote de Folhas A4	R\$ 38,00
	1 / cx com 12 und.	R\$ 70,00	Caixa de Canetas Pincel Atômico preto ou azul	R\$ 70,00
	1 / cx com 50 und.	R\$ 40,00	Caixa de Canetas Esferográficas	R\$ 40,00
	5	R\$ 13,00	Pranchetas (5 a 10 unidades)	R\$ 65,00
	1 Rolo	R\$ 12,00	Fita Crepe 18mm X 50 Metros MARCA: 3M	R\$ 12,00
	1 Rolo	R\$ 15,00	1 Rolo de Barbante 610M/600 gr	R\$ 15,00
Deslocamento proponente			Opção 1	-
	2	R\$ 60,00	Passagem de Ônibus (ida + volta) Curitiba < > Guaratuba (ou região)	R\$ 120,00
	2	R\$ 30,00	Custos de Deslocamento (Terminal Rodoviário até Local) (ida + volta)	R\$ 60,00
Totais	Total custos	R\$ 1.220,00	Total por pessoa (10 participantes)	R\$

²⁸ Os valores dos recursos são uma estimativa a partir de cotação feita em nov/2024.

	Oficina			122,00
Deslocamento proponente			Opção 2	-
	2 dias	R\$ 145,00	Aluguel de Carro (diária)	R\$ 290,00
	2	R\$ 22,60	Pedágio BR-277 (SJP > Litoral e vv.)	R\$ 45,20
	18,5	R\$ 6,00	Combustível (18 Litros)	R\$ 111,00
Totais	Total custos Oficina	R\$ 1.486,20	Total por pessoa (10 participantes)	R\$ 148,62

FONTE: A autora (2024).

5.1.5 Execução e resultados previstos

Há uma previsão de execução da oficina para o mês de Abril de 2025, e como produto da oficina se prevê a produção de texto descritivo em arquivo formato pdf (mais longo, com mais imagens, etc, que pode servir como “catálogo” para ser divulgado por agências e intermediários; condutas do turista, etc, como explicado anteriormente, no ponto 5.1.3.

Além disso, como contribuição ética e responsável, a partir dos desdobramentos desse PPGT, houve o comprometimento com a elaboração de um texto descritivo para whatsapp, de acordo com os resultados da pesquisa-ação associados à demanda do entrevistado Valdo, sobre seu produto (Salto Parati) que foi entregue/enviado no final do mês de novembro para que o anfitrião pudesse utilizá-lo para a temporada de verão.

Segue abaixo o texto elaborado em conjunto entre pesquisadora e anfitrião, para divulgação do passeio para uso no whatsapp. As informações foram sistematizadas e validadas com o anfitrião a partir de três momentos: durante a entrevista/passeio feito, envio de esboço de texto para o anfitrião para validação e ajustes e a versão final aprovada pelo anfitrião.

Salto Parati na Comunidade do Parati

Um passeio guiado de barco e trilha, com banho de cachoeira no Salto Parati, na comunidade do Parati!

Saindo de Guaratuba, o trajeto de barco dura cerca de 40 minutos, e do Cabaraquara, cerca de 30 minutos. A duração do tempo pode variar, dependendo da maré e da

quantidade de passageiros. Quando a maré está baixa, o tempo pode aumentar, pois o barco precisa ser empurrado em algumas partes do rio já próximo à comunidade do Parati, pois o volume de água está reduzido e não é possível navegar com passageiros no barco.

Após o desembarque do barco no porto de chegada na Comunidade do Parati, há uma caminhada de aproximadamente 2 km, cerca de 30 minutos, até a cachoeira. A trilha é considerada leve a moderada, por ter trechos na Mata Atlântica que exigem cuidado e atenção (pedras e galhos). O tempo permitido para aproveitar a cachoeira é de 1h30. Retorno pela trilha para o porto de passagem e barco para Guaratuba ou Cabaraquara.

Após o retorno da cachoeira é possível almoçar na comunidade; reserve com antecedência.

Atenção: A caminhada deverá ser feita de calçados apropriados para trilhas, como tênis ou botas de caminhada e recomenda-se o uso de repelente e protetor solar, roupas leves e confortáveis, além de traje para banho, água e lanche.

Informações gerais:

Saída às 8h30 do ponto de embarque*

Retorno às 15h no ponto de embarque

Duração do trajeto de barco: 30 a 40 minutos (pode variar, de acordo com a maré)

Idade recomendada para trilha: 8 a 50 anos (p/ demais idades: pessoas em bom condicionamento físico).

Saídas com mínimo de 1 pessoa, máx. 20.

Reservas e valores pelo telefone: +55 (41) 9192-2083 (Valdo Amorim)

Confirmar a reserva com 48h de antecedência, com pagamento antecipado de 50% do valor

*Ponto de embarque: o percurso de barco até a Comunidade Parati pode ser feito a partir de dois pontos de partida diferentes: embarque em Guaratuba ou próximo ao Ferry-boat de Matinhos (região de Cabaraquara, próximo aos bombeiros).

O que está incluso:

Transporte de barco ida e volta

Guia local

O que não está incluso:

Transporte até o ponto de encontro para trajeto de barco

Almoço

O texto acima foi uma primeira ideia para testar a viabilidade da oficina, com foco no diálogo e construção coletiva. No caso acima, não tem fotos ilustrativas, somente texto. De maneira mais ousada, pensa-se posteriormente em ofertar essa

estrutura de oficina para projetos de extensão universitária na área de Turismo e afins.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando de forma breve os princípios de TBC a partir dos autores citados neste projeto, é importante destacar que a especificidade de cada local se faz presente também no contexto desse trabalho. Destaca-se a partir do QUADRO 1 o que Irving (2007) aponta sobre “O encontro” enquanto condição especial entre visitado e visitante, e o que pôde ser percebido no litoral do paraná com os Anfitriões em Rede (que) já traz essa proposta em suas nomenclaturas, evidenciando o tipo de turismo que ali acontece. Destaca-se também o que Moraes; Irving; Mendonça (2018) abordaram sobre as manifestações culturais junto aos atrativos naturais, como por exemplo na casa de farinha na Comunidade do Cabaraquara e a visita pela Comunidade e Salto Parati.

A partir dos autores citados, pode-se ter um panorama acerca do TBC enquanto prática e/ou modelo de turismo que não está restrito   uma regra ou diretriz engessada. Nota-se a partir dos princípios apontados pelos autores que o TBC implica em experiências integradas à realidade (visitantes e visitados), dotada de valores e condutas socioculturais e políticas. A contribuição dos autores permitiu a construção da base desse projeto, para que o conceito de TBC fosse compreendido, junto à sua contextualização no campo da pesquisa. E trouxe apontamentos relevantes relacionados ao objetivo geral desse projeto, que foi: compreender o conceito e os princípios de TBC presentes na literatura de Turismo e analisá-los na comunidade a ser pesquisada.

A elaboração do QUADRO 1 serviu de suporte para o segundo objetivo específico que era: “analisar uma comunidade do Litoral do Paraná a partir dos princípios de TBC”, auxiliando assim, o desenvolvimento das categorias de análise para a etapa metodológica da pesquisa-ação, chamada de campo. As categorias de análise, indicadas no QUADRO 2, identidade, renda, gestão coletiva e meio ambiente embasaram o desenvolvimento da pesquisa principalmente ao que dizia respeito ao objetivo geral e ao primeiro específico (citados acima).

Notou-se que as categorias criadas permitiram um melhor entendimento do contexto pesquisado, mas reconhece-se a fragilidade que a pouca quantidade de entrevistados trouxe em termos de dados para análise, consequência do curto prazo de execução da pesquisa em campo. De qualquer forma a pesquisa sinalizou a coerência entre as categorias estabelecidas a partir da forma como foi conduzida e o

roteiro de perguntas pré-estabelecido foi de grande importância para que a conversa com os anfitriões tivesse cadência e sentido para os entrevistados. Pode-se perceber que ouvir sobre suas vidas - categoria identidade - pode trazer mais elementos, caso se aprofunde o tema, para possibilidades de análise sobre as relações entre as identidades em contexto de rede: os anfitriões e seus vínculos.

Em relação à renda, segunda categoria prevista, percebeu-se que o TBC se propõe como fonte de renda complementar mas que abre possibilidades para fonte de renda principal a depender de fatores subjetivos, como no caso do Valdo Amorim.

Sobre gestão coletiva, admite-se certa lacuna entre o entendimento da pesquisadora, as falas dos entrevistados e o contexto de campo. O que foi percebido, por meio das entrevistas, é que a percepção do conceito de rede manifestada pelos anfitriões nessas ocasiões se manifesta enquanto um espaço - atualmente - virtual, por meio de grupo de WhatsApp para trocas de informação e indicações de serviços e na divulgação dessas experiências por meio de postagens nas redes sociais, principalmente instagram.

E sobre a categoria meio ambiente, chamo atenção para o contexto do campo, um mosaico de unidades de conservação em níveis diferentes de legislação o que implica em desafios locais. Em relação ao contexto, Cabral (2015) menciona que a partir dos resultados de sua pesquisa sobre os pescadores da região de Guaratuba em relação à atividade de pesca turística, ficou evidente a importância em ordenar a atividade turística na região da Baía de Guaratuba para que ocorra um diálogo entre as diversas esferas sociais que se relacionam com a gestão do turismo na região do estuário a partir de um modelo de desenvolvimento turístico apropriado a partir das necessidades da população local.

O terceiro último objetivo específico, definir um projeto de turismo (produto) a ser entregue às comunidades com base em pesquisa-ação, apresentou seu formato de oficina no capítulo 5. O produto proposto deste projeto tem a intenção de ser realizado com os interessados, considerando e respeitando as especificidades que os participantes trouxeram como demanda e estimular a oficina enquanto processual, por meio de diálogo construtivo e atento. Entende-se que a oficina pode vir a contribuir também através de projetos de extensão universitária (área de turismo, pedagogia, antropologia, letras, design, comunicação e afins) e de demais governanças (secretarias públicas, ONGs, etc), possibilitando uma maior adesão e reduzindo o custo para o participante, partindo do pressuposto de uma prática de

turismo como renda complementar, intencionada para a redução da desigualdade social, amparadas por princípios do TBC apontados na literatura.

Entende-se que os caminhos teóricos percorridos neste trabalho foram de grande contribuição para o entendimento dos conceitos e abordagens e que as possibilidades de leitura de mundo se expandem na medida em que há uma identificação pessoal.

Ao final do processo deste trabalho, de forma muito tímida, encontram-se novas possibilidades de leitura do tema TBC por meio do paradigma pós-colonial. Como não houve tempo para maior aprofundamento, dada a dimensão deste projeto, sinaliza-se como possibilidade de interpretação para um turismo contemporâneo no qual, conforme apontado por Boukhris e Peyvel (2019), traz esperança a partir de novos arranjos socioculturais, a partir do paradigma pós-colonial:

o paradigma pós-colonial participa de uma crítica não apenas ao funcionamento de nossas sociedades turísticas contemporâneas, mas também de uma esperança na reparação, reciprocidade e compartilhamento, da qual a economia turística pode participar (Berger, 2006; Mbembe *et al.*, 2006, p.2)

E por fim, alguns elementos merecem ser citados para a entender as contribuições, falhas e lacunas, desafios e próximos passos deste projeto e produto de turismo, a saber: a região pesquisada é composta de especificidades legais no que diz respeito ao meio ambiente que implica em dizer há lacunas nesse trabalho sobre a relação entre meio ambiente e população local, tanto em termos teóricos quanto em informações do campo e que não foram aprofundadas por conta da dimensão deste projeto. Há uma limitação nas leituras e apontamentos no que dizem respeito ao associativismo, economia solidária e conceitos afins que padeceram do mesmo motivo (dimensão). Além disso, a comunicação com a comunidade pode ser percebida como um ponto frágil no que diz respeito à forma de comunicar, difundir e divulgar as experiências de TBC da região, embora, deva-se novamente reiterar que foram apenas dois entrevistados que não representa o universo da pesquisa, mas indica que a questão da comunicação se apresenta como um gargalo (ou um “*gap*”) entre a quantidade de possibilidades e o que se é ofertado (e como, e quanto e etc.); isso pode se relacionar com programas de extensão universitária na região e como possibilidade de pensar em tecnologia social, a partir da sistematização do conhecimento junto à comunidade.

O tempo de pesquisa, execução, análise e escrita desse trabalho apontam para possibilidades futuras de aprofundamento das questões apontadas por meio das categorias de análise desenvolvidas, denotando a importância e a capacidade que cada categoria possui enquanto elemento de composição em diálogo com os estudos e práticas sobre o turismo de base comunitária no litoral do Paraná, bem como sugestão para novas pesquisas sobre o mesmo tema e/ou áreas afins.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHOLO, R.; SANSELO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BARTHOLO, R. et al. Turismo de base comunitária em foco. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2, p. 6-8, 2016.

BOUKHRIS, L.; PEYVEL, E. O turismo frente aos desafios dos paradigmas pós e decoloniais. **Via Online**, n. 16, 2019.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 nov. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 fev. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia Popular Solidária**. Brasília, DF, 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BATUC. **Turismo Comunitário da Bahia**. Disponível em: <https://www.facebook.com/redebatuc/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CABRAL, B. L. F. Possíveis Caminhos para a Sustentabilidade do Turismo no Litoral do Paraná: O Caso da Rede de Turismo de Base Comunitária “Anfitriões do Litoral”. In: ALVES, A. R. et al. (Org.). **Litoral do Paraná**: Território e Perspectivas - Volume 4: Saberes Locais, Crise Socioambiental e Turismo. Curitiba: Brazil Publishing, 2020. p. 331 - 365.

CABRAL, B. L. F. Entre marés: pesca artesanal e náutica na Baía de Guaratuba. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CABRAL, B. L. F.; TEIXEIRA JUNIOR, D. **Turismo de base comunitária e cultura alimentar: um estudo de caso no litoral do Paraná**. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 20, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.cadernosvirtualdeturismo.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOULART, E. D. **Ecoturismo em Áreas Protegidas**: Efetividade da Gestão do Uso Público em Unidades de Conservação na Região de Diamantina - MG. Orientador: Bernardo Machado Gontijo. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, Belo Horizonte, 2014.

GAIGER, L. I. G.; KUYVEN, P. S. Economia Solidária e Trajetórias de Trabalho: Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 103, 2020. <https://doi.org/10.1590/3510304/2020>.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C. Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, [S. l.], n. 19, março de 2011.

GRÜNEWALD, R de A. Turismo e etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, v. 9, n. 20, out 2003.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [online]. **Populações Tradicionais**. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/populacoes-tradicionais>. Acesso em: 20 jul. 2024.

IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-121.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LEAL, R. E. da S. O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 240-260.

LIMA, F. B. C.; SILVA, Y. F. e. Turismo Comunitário e Desenvolvimento Local: uma revisão integrativa sobre a Acolhida na Colônia. **Caderno Virtual de Turismo**, [S. l.], v. 19, n. 2, 2019. DOI: 10.18472/cvt.19n2.2019.1443.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-441.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MAMEDE, S. B.; GRECHI, D. C. A multidimensionalidade do turismo e políticas públicas: cenários e desafios no estado do Mato Grosso do Sul. In: MAMEDE, S. B.; MARTINS, P.C.S. (Orgs.). **Multidimensionalidade do turismo no Mato Grosso do Sul**. Dourados: Editora UEMS, 2022. p. 21-62.

MORAES, E. A. de; IRVING, M. de A.; MENDONÇA, T. C. M. Turismo de base comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. **Turismo - Visão e Ação**, v. 20, n. 2, 2018.

MUDA. **Coletivo Brasileiro pelo Turismo Responsável**. Disponível em: <https://www.coletivomuda.tur.br/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

NOVAES, W. Agenda 21: Um novo modelo de civilização. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. 4a. Edição, Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005. p.323-331.

PAULA, Eduardo Vedor de; PIGOSSO, Ariane Maria Basilio. **Unidades de Conservação no Litoral do Paraná: evolução territorial e grau de implementação**. In: SULZBACH, Mayra Taiza; ARCHANJO, Daniela Resende; QUADROS, Juliana (Org.). *Litoral do Paraná: território e perspectivas*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018. p. 1-20. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328518096_Unidades_de_Conservacao_no_Litoral_do_Parana_evolucao_territorial_e_grau_de_implementacao. Acesso em: 20 dez. 2024.

REDTURS. **Declaración de San José sobre Turismo Rural Comunitario**. San José de Costa Rica, 2003. Disponível em: https://www.bizkaia21.eus/biblioteca_virtual/descargar_documento.asp?idDoc=239&idSubArea=18&idPagina=124&volver=3&idioma=ca&pag=2&orden=5&tipoOrden=0. Acesso em: 24 jul. 2024.

SAMPAIO, C. A. C. **Pensando o Conceito de Turismo Comunitário**. Trabalho apresentado no V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo. Belo Horizonte - MG, 2008.

SILVA-MELO, Marta Regina da; MOURA, Flávia Neri de. **Uso público e turístico em unidades de conservação de Mato Grosso do Sul: perspectivas para**

sustentabilidade. In: Multidimensionalidade do turismo no Mato Grosso do Sul. 1. ed. Dourados: Editora UEMS, 2022, p. 204-224.

SOUZA, F. M. **Marketing para o Turismo de Base Comunitária: O Caso da Rede Anfitriões do Litoral do Paraná.** Orientadora: Beatriz Leite. F. Cabral. 2020. 105 f. Monografia (Tecnólogo em Gestão de Turismo) - Universidade Federal do Paraná, Tecnologia em Gestão de Turismo, Matinhos, 2020.

TBC Rede. **Turismo de Base Comunitária pelo Brasil e pelo Mundo.** Disponível em: <https://tbcrede.blogspot.com/p/apresentacao.html>. Acesso em: 20 jul. 2024.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIGUEIRO, A. (Org.). **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.** 4a. Edição, Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

TUCUM. **Rede Cearense de Turismo Comunitário.** Disponível em: <https://www.facebook.com/RedeTucumTurismoComunitario/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

TURISOL. **A Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário.** Brasília, 2015. Disponível em: <https://turisol.wixsite.com/redeturisol/sobre>. Acesso em: 20 jul. 2024.

VARGAS, R. M. V.; CHAVIANO, E. L. M.; OCAÑA, Á. F. O. Evaluación de territorios para desarrollar el turismo comunitario en la región amazónica del Ecuador. **Turismo y Sociedad.** v. 17, p. 39–62, 2015. DOI:<https://doi.org/10.18601/01207555.n17.03>.

ANEXO A

Declaración de San José sobre Turismo Rural Comunitario (2001)

Disponível

em:

<https://travolution.org/publicacion/declaracion-de-san-jose-sobre-turismo-rural-comunitario/>

“Nosotros, representantes de los pueblos indígenas y comunidades rurales de América Latina, congregados en San José, ratificamos los principios y recomendaciones de la “Declaración de Otavalo sobre turismo comunitario sostenible, competitivo y con identidad cultural” (septiembre del 2001)

En la que instábamos a los gobiernos nacionales y locales, empresas privadas, ONGs y organismos de cooperación internacional a promover, apoyar y garantizar el ejercicio del turismo comunitario. Si bien reconocemos que se han logrado avances importantes en los últimos años, creemos que es necesario llevar a cabo mejoras de las políticas y estrategias nacionales de turismo, fortalecer nuestras organizaciones y optimizar la gestión de los servicios que brindamos a los turistas.

Las comunidades de Bolivia, Brasil, Costa Rica, Ecuador, Guatemala y Perú, convocadas a consulta por la OIT, no hemos desmayado en nuestro empeño por posicionar el turismo comunitario como uno de los componentes estratégicos del desarrollo local, nacional y regional. Convencidos de que esta forma de turismo contribuye a generar ingreso y empleo en nuestros países, y puede traer bienestar a nuestras comunidades, declaramos que:

1. Nuestra concepción del desarrollo del turismo se sustenta en los valores de solidaridad, cooperación, respeto a la vida, conservación y aprovechamiento sostenible de los ecosistemas y de la diversidad biológica que éstos albergan. En consecuencia, estamos en contra de todo desarrollo turístico en nuestros territorios que cause perjuicio a nuestros pueblos, su cultura y el medio ambiente.
2. Aspiramos a que nuestras comunidades prosperen y vivan dignamente, mejorando las condiciones de vida y de trabajo de sus miembros. El turismo puede contribuir a concretar esta aspiración en la medida en que hagamos de él una actividad socialmente solidaria, ambientalmente responsable, culturalmente

enriquecedora y económicamente viable. Con estos fines, reclamamos una justa distribución de los beneficios que genera el turismo entre todos los actores que participamos en su desarrollo.

3. Somos conscientes de que el turismo puede ser una fuente de oportunidades pero también una amenaza para la cohesión social de nuestros pueblos, su cultura y su hábitat natural. Por ello, propiciamos la autogestión del turismo, de modo que nuestras comunidades asuman el protagonismo que les corresponde en su planificación, operación, supervisión y desarrollo.

Autor: Redturs

Año: 2003

País: Costa Rica

Temática: Community participation

ANEXO B

Roteiros de perguntas norteadoras para a entrevista semi-estruturada com alguns anfitriões em campo, de acordo com as categorias de análise.

1. Identidade:

Fale seu nome... É nascido/a no local onde mora? Como você é conhecido/a na região? Conta um pouco da sua história, da sua família... O que você faz, qual é sua fonte de renda, seu trabalho principal...?

2. Renda: relação com a atividade turística

Faz tempo que trabalha recebendo turistas? Como começou? Por que começou? E o que faz com o dinheiro que recebe, é complemento de renda, é direcionado para algo ou alguém..? Já usou o dinheiro para ampliar algo relacionado à visitação e turismo? Quais são os maiores desafios? (presente) Quais já foram alguns desafios? (passado) Pensa em algum plano para o futuro em relação à renda do turismo? (futuro)

3. Gestão coletiva:

Como é sua relação com a vizinhança? E com os demais que também recebem turistas na região? Como é receber o turista na sua casa/local? (relação com o turismo/ turista) Como é a Rede de Anfitriões pra você? As pessoas gostam das visitas na região mesmo quem não recebe de forma direta? Já passou por alguma situação ruim ou muito boa que te marcou em relação ao turismo/turista? Existe algum manual ou material informativo sobre a região e os serviços oferecidos para os visitantes?

4. Meio Ambiente: preservação da natureza e população

Como os moradores da região lidam com a presença dos visitantes/turistas? Como fica a questão do lixo e o cuidado da natureza por parte dos visitantes? Alguém orienta como fazer? Tem essa preocupação sobre a natureza? Ela é explicada na recepção aos turistas?

ANEXO C

Fragmentos visuais do campo de pesquisa, anfitriões e locais na Baía de Guaratuba.

Anfitriã Vanderleia Alves na Casa de Farinha. Comunidade do Cabaraquara, Guaratuba, PR.	Vista da roça da Vanderleia, à frente - direita, morro do Cabaraquara. Comunidade do Cabaraquara, Guaratuba, PR.
	
Foto: a autora (2024)	Foto: A autora (2024)

Anfitrião Valdo Amorim, no Salto Parati. Comunidade do Parati.
Guaratuba, PR.



Foto: A autora (2024)

Paisagem na Baía de Guaratuba para acesso à Comunidade e Salto Parati.
Guaratuba, PR.



Foto: A autora (2024)